



**PRÊMIO
BOAS
PRÁTICAS
MUNICIPAIS
DE INDUÇÃO
AO ACESSO
AO MUNDO DO
TRABALHO
2015**

1ª EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO
2016



SECRETARIA DE
ESTADO
DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL
E DIREITOS
HUMANOS

PRÊMIO
BOAS
PRÁTICAS
MUNICIPAIS
**DE INDUÇÃO
AO ACESSO
AO MUNDO DO
TRABALHO**

2015

SUPERANDO
DESAFIOS

1ª EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO
2016

©2016 Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH/RJ
Subsecretaria de Integração de Programas Sociais
Superintendência de Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais

Permitida a reprodução, no todo ou em parte, sem alteração do conteúdo e com a citação obrigatória da fonte: Subsecretaria de Integração de Programas Sociais/SEASDH-RJ
Endereço: Subsecretaria de Integração de Programas Sociais
Praça Cristiano Ottoni, s/n – 6º andar, Sala 624
Rio de Janeiro – RJ CEP 22 221-250
Telefone: (21) 2334 5303
Fax: (21) 2334 5529
premioboaspraticas.socialrj@gmail.com

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.
Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Prêmio Boas Práticas Municipais de Indução ao Acesso ao Mundo do Trabalho – 2015. Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos: Rio de Janeiro, 2016.
110 f
ISBN: 978-85-67728-03-2

Governador do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Fernando de Souza

Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro
Francisco Dornelles

Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)
Paulo César Melo de Sá

Subsecretária de Integração de Programas Sociais (SEASDH/SSIPS)
Lúcia Maria Modesto Pereira

Superintendente de Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais
Enzo Mayer Tassarolo

Equipe Responsável pela Elaboração
Lúcia Maria Modesto Pereira

Enzo Mayer Tassarolo
Alexandra Drabik Chaves
Aline Inglez
Francini Hirata
Gonzalo Ibáñez Mestres
Jéssica Lacerda Domingos
Larissa Santana
Tamyres Matos

Colaboradores
Ana Paula Santos
Denise Hote
Gabriel da Silva Gonçalves
Mariana Cleicy
Stéphanie Costa

Parceiros
Assessoria de Comunicação – ASCOM/SEASDH
Assessoria de Tecnologia da Informação – TI/SEASDH
Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro – AEMERJ
Banco Mundial/ World Without Poverty – WWP
Fundación Capital – FC
Secretaria de Estado da Casa Civil – Casa Civil
Secretaria de Estado de Trabalho e Renda – SETRAB
Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização da Gestão – SSASDG
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Comissão Avaliadora
Andréa Baptista (SSASDG/SEASDH)
Camille Bemerguy (FC)
Cláudia Baddini (WWP)
Fátima Valéria Ferreira (UFRJ)
Larisse Rodrigues (UERJ)

Projeto Gráfico e Diagramação
REC design

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO**
- 13 O MUNDO DO TRABALHO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA | Cláudia Baddini Currello**
- 21 CAPÍTULO 1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA**
- 22 EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NO RIO DE JANEIRO | Simon Schwartzman**
- 27 SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA | Da Qualificação ao Mercado de Trabalho**
- 33 VOLTA REDONDA | Inclusão Produtiva e Geração de Renda**
- 39 CAPÍTULO 2 ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO (ACESSUAS TRABALHO)**
- 40 INCLUSÃO PRODUTIVA E INTERSETORIALIDADE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL | Andréa Baptista, Lívia Krause Arnaud, Mônica Duriez, Victor Hugo Miranda**
- 47 RIO DAS OSTRAS | ACESSUAS – Rio das Ostras superando desafios, criando oportunidades, transformando vidas e promovendo o bem estar social**
- 53 RIO DE JANEIRO | ACESSUAS TRABALHO – Democratização do acesso às oportunidades do mundo do trabalho**
- 61 MACAÉ | Mobilizar e avançar com ACESSUAS / PRONATEC-BSM**
- 67 VASSOURAS | Qualificação Profissional: Uma Proposta Essencial para Inserção ao Mercado de Trabalho Formal e Informal**
- 73 CAPÍTULO 3 INCLUSÃO PRODUTIVA, SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA**
- 74 ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOTAS INTRODUTÓRIAS | Andrea Bello, Waldeck Carneiro**
- 79 RIO DE JANEIRO | Circuito Carioca de Economia Solidária – Rio Ecosol**
- 85 PETRÓPOLIS | Programa Cartão Compra Saudável: Segurança alimentar e nutricional sustentável**
- 91 MESQUITA | Padaria Escola Fermentando o Pão Nosso de Cada Dia e Dando Bom Dia ao Trabalhador**
- 97 CAPÍTULO 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**
- 98 INCLUSÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A EXPERIÊNCIA DA FUNDAÇÃO CAPITAL | Camille Bemerguy, Caroline de Miranda**
- 105 CONSIDERAÇÕES FINAIS | Paulo Melo**

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lançamos esta primeira edição da “**Revista Boas Práticas Municipais de Indução ao Acesso ao Mundo do Trabalho**”. Trata-se de material único em diversos aspectos, a começar por focar na superação da pobreza, e não na pobreza em si. A Revista apresenta experiências municipais bem-sucedidas de inclusão social e econômica, com foco nas famílias em situação de pobreza e pobreza extrema do estado do Rio de Janeiro. A publicação revela quais foram as estratégias executadas pelos gestores para sobrepujar desafios conjunturais e estruturais, viabilizando novas formas de geração de renda à população, além de lançar luzes sobre soluções e lições aprendidas para o desenvolvimento de estratégias de superação da pobreza.

As práticas contidas nesta edição, intitulada “Superando Desafios”, foram classificadas como semifinalistas e finalistas no “**Prêmio Boas Práticas Municipais de Indução ao Acesso ao Mundo do Trabalho**”, criado pela Subsecretaria de Integração de Programas Sociais (SSIPS) da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH), ao final de 2015.

Considerando suas principais características e pontos inovadores, as experiências foram distribuídas ao longo da revista em três eixos temáticos: (I) qualificação profissional, inclusão produtiva e geração de renda; (II) estratégias municipais de implementação do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); (III) inclusão produtiva, segurança alimentar e Economia Solidária. Cada um deles conta também com um capítulo assinado por especialistas e gestores em áreas temáticas relativas à superação da pobreza.

Após esta apresentação, **Cláudia Baddini** aborda as dificuldades intrínsecas à implementação de ações de inclusão produtiva para os mais pobres, destacando dados sobre o perfil e o acesso dessa população a serviços sociais básicos. A autora apresenta um histórico das políticas de inclusão produtiva no Brasil, desde 2003, com foco no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). E conclui destacando algumas lições aprendidas a partir da análise das práticas contidas nesta Revista.

O primeiro eixo temático é introduzido por **Simon Schwartzmann**. Ele contextualiza o cenário socioeconômico do estado do Rio de Janeiro em 2015, apresentando dados de trabalho, educação e renda, e estabelece associações entre níveis de escolaridade e níveis de renda. Como forma de aumentar a empregabilidade e as chances de geração de renda dos mais pobres, o autor defende a necessidade de lhes serem viabilizadas oportunidades de educação formal e educação técnica-profissional.

Nesta primeira parte estão descritas também as experiências de **São Francisco de Itabapoana** e **Volta Redonda**. A primeira notabilizou-se pela efetividade das articulações promovidas com atores governamentais, não governamentais, da sociedade civil e do setor privado, para promover a capacitação profissional e o encaminhamento dos mais pobres ao mundo do trabalho. Volta Redonda diferenciou-se pela ampla gama de oportunidades de geração de renda articuladas e pela criação de pontos de capacitação e comercialização para o público alvo.

O segundo eixo temático conta com capítulo da equipe da Superintendência de Proteção Social Básica da SEASDH, no qual é feito um panorama da Política Nacional de Assistência Social quanto à integração ao mundo do trabalho, desde 1988. Eles explicam a operacionalização do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), do Governo Federal, destacando as atribuições municipais na execução do Programa. Os autores apontam para a importância da intensificação da atuação intersetorial na implementação das ações de inclusão produtiva.

As práticas dos municípios de **Rio das Ostras**, **Rio de Janeiro**, **Macaé** e **Vassouras** estão apresentadas nesse componente da revista, pois trazem exemplos de como se aplicar os recursos repassados via Acessuas Trabalho para implementar ações de inclusão produtiva. Rio de Janeiro e Macaé, por exemplo, distinguiram-se por suas estratégias de orientação e informação ao público-alvo. Vassouras empregou os recursos para subsidiar transporte aos locais onde ocorrem os cursos de qualificação profissional no município. E Rio das Ostras desenvolveu estratégias de monitoramento e encaminhamento das pessoas capacitadas ao mundo do trabalho.

O terceiro eixo conta com capítulo assinado por **Andrea Bello** e **Waldeck Carneiro**. Eles explicam os princípios e os potenciais da economia solidária enquanto atividade geradora de trabalho. Em seguida, trazem os principais desafios para a institucionalização desse campo como política pública de Estado e apresentam os avanços já obtidos nos últimos anos, como a regulamentação do Conselho (CEES) e aprovação do Plano Estadual de Economia Solidária.

Exemplo de institucionalização dessa temática também pode ser observado na implementação da prática **“Circuito Carioca de Economia Solidária”**, do Município do Rio de Janeiro, por meio da qual foram viabilizados pontos de comercialização para os produtos confeccionados por artesãos cariocas.

Petrópolis apresenta neste eixo temático, que também trata de segurança alimentar e nutricional, sua experiência de estruturação de um sistema integrado de produção e consumo de alimentos saudáveis, o qual propicia a pequenos produtores maiores chances de geração de renda. A experiência de **Mesquita** também se enquadra nesse campo, na medida em que sua prática de inclusão produtiva nas áreas de

panificação, salgadaria e confeitaria abrange ações de capacitação e comercialização de alimentos.

Esse terceiro eixo é finalizado com capítulo de **Camille Bermeguy** e **Carolina de Miranda**. Elas apresentam a experiência da Fundación Capital, organização mundial que, por meio de parcerias, implementa na América Latina projetos que integram a programas governamentais de transferência de renda componentes de educação financeira, treinamentos em empreendedorismo e desenvolvimento pessoal. As autoras defendem ser necessário associar estratégias de inclusão produtiva e inclusão financeira, pois pesquisas demonstram que o acesso a contas bancárias aumenta a possibilidade de investimento produtivo e consumo dos mais pobres.

O Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Paulo Melo, conclui a Revista, apresentando os desafios e perspectivas das ações de inclusão social e econômica a serem implementadas pela SEASDH, com destaque para a criação da Rede de Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais no Estado (GOES).

PRÊMIO BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS DE INDUÇÃO AO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO

O Prêmio foi criado no último trimestre de 2015, em um contexto de dificuldade econômica, com crescimento de desemprego e perda de poder aquisitivo da população fluminense, especialmente entre os mais vulneráveis. Conforme mostra Simon Schwartzmann nesta Revista, além do fato de 40% da população fluminense trabalhar sem carteira assinada, os dados da última PNAD/IBGE mostram que 8,5% da população ativa entre 18 e 65 anos estava desempregada ao final de 2015 – entre os 20% de menor renda familiar, a taxa de desemprego chegava a 14,8%.

O ano de 2015 também se caracterizou pela queda de aproximadamente 90% no número de vagas em cursos de qualificação profissional ofertados no âmbito do Pronatec/BSM, pilar do eixo de inclusão produtiva do Governo Federal. Em 2014, por exemplo, foram realizadas cerca de 17 mil matrículas em cursos de qualificação profissional no estado do Rio de Janeiro. Enquanto em 2015, em razão do baixo número de cursos homologados, foram feitas apenas 1,3 mil matrículas.

Diante desse cenário, como garantir a toda a população, especialmente às pessoas mais vulneráveis, uma chance justa de acessar oportunidades econômicas e sociais, oportunidades de inclusão no mundo do trabalho? Quais projetos implementados pelos municípios foram exitosos em aumentar as capacidades produtivas dos mais pobres, garantindo-lhes condições para resistir nesse cenário econômico adverso? Que tipo de atores e recursos estiveram envolvidos na implementação da prática? Quais foram os principais desafios e que soluções foram escolhidas para superá-los? Como o Estado pode contribuir para a institucionalização dessas práticas e para a replicação das lições aprendidas em outros municípios?

Essas foram algumas das perguntas norteadoras do Prêmio, que teve entre seus objetivos estimular a produção e o intercâmbio de conhecimento sobre as práticas de inclusão social e econômica. Além disso, a premiação foi desenvolvida com a finalidade de intensificar a articulação entre Estado e municípios,

entre municípios e entre poder público municipal e atores não-governamentais, para induzir a criação de uma rede de operacionalização de gestão de oportunidades econômicas e sociais no Estado.

Importante ressaltar que o conceito de “mundo do trabalho” foi utilizado por ser mais amplo que o conceito de “mercado de trabalho”, contemplando formas de geração de renda que vão além do emprego formal. Dessa maneira, o Prêmio está em consonância com as tendências e normativas mais recentes da Política Nacional de Assistência Social (vide Resolução nº 33/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social).

Considerando a intenção de identificar e conhecer o maior número possível de práticas, a inscrição foi aberta para todos os municípios fluminenses, sem limitações quanto ao órgão representante e ao número de práticas inscritas por município. Cada gestor designado como representante do município, porém, pôde se inscrever com no máximo duas práticas, sendo uma em cada área temática (área temática 01 – planejamento eficiente; área 02 – uso eficaz dos recursos disponíveis; área 03 – articulação institucional; área 04 – intermediação efetiva ao mundo do trabalho).

Vinte municípios¹ inscreveram 29 práticas no Prêmio. Sobre o perfil dos gestores responsáveis pela implementação da prática, considerando as respostas dadas na inscrição, é relevante observar que quase 80% são mulheres e uma a cada quatro foram inscritas por ocupantes de cargos de direcionamento e assessoramento superior, como coordenadores e assessores. Revelando um perfil bastante técnico dos participantes do Prêmio.

Em dezembro de 2015, estavam residindo nesses municípios cerca de 800 mil famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) estadual com perfil de renda mensal de até ½ salário mínimo per capita (50% do total de famílias fluminenses inscritas). Distribuídos em todas as oito Macrorregiões do estado do Rio, esses municípios possuem portes populacionais e características socioeconômicas bastante diversos – enquanto o Rio de Janeiro possuía mais de 450 mil pessoas nesse perfil de renda (7% da população total), São Francisco de Itabapoana tinha cerca de 7 mil pessoas nessa situação (18% da população total).

A seleção e a avaliação das práticas ocorreram em três etapas. Na primeira fase, a avaliação foi realizada por uma Comissão de Avaliação formada por representantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ – Larisse Rodrigues), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Profa. Fátima Valéria), do Banco Mundial (Cláudia Baddini), da Fundación Capital (Camille Bermeguy) e da Superintendência de Proteção Social Básica da SEASDH (Andréa Baptista).

A Comissão avaliou todas as 29 práticas inscritas e pré-selecionou 14 práticas, considerando os critérios de replicabilidade, sustentabilidade, resultado positivo da prática na vida dos beneficiários, coerência com a área temática, previstos no regulamento do Prêmio.

Em seguida, os gestores municipais responsáveis pelos projetos inscritos avaliaram as práticas uns dos outros, considerando o critério de regionalização estabelecido pelo regulamento do Prêmio – os muni-

¹ Aperibé, Araruama, Armação dos Búzios, Bom Jesus do Itabapoana, Conceição de Macabu, Itaperuna, Macaé, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Paraty, Petrópolis, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Vassouras, Volta Redonda.

cípios foram divididos em três Macrorregiões, para garantir maior isonomia na avaliação de municípios com portes populacionais e realidades tão diversas. A avaliação dos municípios resultou na seleção das nove práticas semifinalistas no Prêmio, as quais compõem esta Revista, como forma de reconhecimento e institucionalização das lições aprendidas.

Na última fase de avaliação, a equipe da Superintendência de Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais e a Comissão de Avaliação realizaram visitas técnicas para conhecer de perto cada uma das nove práticas semifinalistas. A Comissão de Avaliação se reuniu posteriormente e selecionou as três práticas finalistas do Prêmio, cujos gestores responsáveis ganharam uma viagem à Colômbia, financiada pelo WWP² e pela Fundación Capital, para conhecer práticas de sucesso de indução ao acesso ao mundo do trabalho.

A publicação deste material é parte significativa da missão do Prêmio, pois, com isso, a troca de experiências está documentada e acessível a representantes de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro. O combate à pobreza e à pobreza extrema é uma tarefa a ser enfrentada coletivamente e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos se posiciona como órgão centralizador do debate na busca pela superação desse desafio. Boa leitura a todos!

² Iniciativa Brasileira de Aprendizagem e o site: www.wwp.org.br

O MUNDO DO TRABALHO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

CLÁUDIA BADDINI CURRALERO¹

PERFIL E DIFICULDADES DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Grande parte da população pobre no Brasil e no mundo é composta por pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho ou que acessam empregos de baixa qualidade, mal remunerados, que não possibilitam a saída sustentável de suas famílias da situação de pobreza.

A pobreza no Brasil pode ser decorrente de questões relacionadas à inserção precária no mercado de trabalho e à ausência de acesso a políticas de proteção social, que possibilitem a garantia de renda em situações de inatividade provocadas por doença, velhice, desemprego ou invalidez ou mesmo em situações onde há inserção produtiva, porém com o recebimento de uma renda insuficiente para assegurar um mínimo de bem-estar. A heterogeneidade e desigualdades do mercado de trabalho no Brasil se traduzem em diferenciações entre os trabalhadores, formais e informais e dentro de cada uma dessas categorias há outras diferenciações, que revelam níveis de salário e renda muito distintos, reproduzindo a pobreza e desigualdade mesmo quando há inclusão produtiva.

¹ Especialista Sênior em Proteção Social do Banco Mundial. Especialista em políticas públicas e gestão governamental do governo federal, foi diretora do Cadastro Único e das Condicionalidades do Programa Bolsa Família entre 2008-2013. Economista formada na FEA-USP, com mestrado e doutorado em Economia pela Unicamp.

Quando se discute o universo de pessoas inseridas no Cadastro Único, é necessário observar que trata-se de uma população com características muito específicas, com dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e que quando esta ocorre, os postos ocupados são os que demandam baixa qualificação e onde os salários são menores.

O Cadastro Único é composto por famílias que possuem uma renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Dentro desse universo é importante observar que há grupos com características distintas em termos de escolaridade, de acesso a serviços e a oportunidades de inclusão produtiva. Conhecer essas diferenças é crucial para desenhar políticas que possam, de fato, apoiar a superação das dificuldades enfrentadas por cada público para obtenção de ganhos de autonomia e geração de renda de forma sustentável. Mapear esses distintos públicos, saber quem são, onde estão e caracterizar suas principais carências é um dos aspectos positivos do Cadastro Único brasileiro. Neste sentido, contar com uma ferramenta como o Cadastro Único possibilitou aos formuladores de política a realização de diagnósticos mais precisos sobre as famílias pobres e a definição de políticas mais adequadas a suas realidades.

De acordo com o Cadastro Único (MDS, 2014), 46% das famílias de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo) estavam no Nordeste do país e 28% no Sudeste. Do total de famílias em situação de extrema pobreza (famílias com renda mensal per capita de até R\$70,00), 77,9% residem em áreas urbanas. As famílias em situação de extrema pobreza no Cadastro Único representam 55% do total de famílias no Cadastro Único.

A pobreza, por ser um fenômeno multidimensional, pode ser caracterizada não apenas por baixa renda, mas também por maiores dificuldades nos acessos a serviços públicos e baixos níveis de escolaridade, fatores esses que criam um círculo vicioso, que dificulta a saída da pobreza. Dentre as famílias do Cadastro Único, 54% possuem acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica. Entre os extremamente pobres, esse percentual cai para 36%.

No Cadastro Único como um todo, mais de 51% das pessoas com mais de 25 anos tem o ensino fundamental incompleto e 15% não tem qualquer instrução, o que se significa que 66,6% das pessoas de baixa renda no Brasil não completaram sequer o ensino fundamental. Esses dados nos dão uma ideia do perfil da população pobre, as perspectivas que possuem para se inserirem no mercado de trabalho e o tamanho dos desafios que se colocam para a promoção da inclusão produtiva.

Jaccoud (2009), ao analisar o perfil de ocupação dos chefes de domicílios com perfil de renda compatível com o dos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF (renda domiciliar per capita abaixo de ¼ de salário mínimo), evidencia que 40% dos chefes desses domicílios estavam ocupados por conta própria, 30% eram empregados sem carteira (incluindo os domésticos sem carteira), 17% estavam desempregados. E apesar de estarem no mercado formal de trabalho, 6% das famílias também se encontravam em situação de indigência, tendo em vista a baixíssima renda per capita domiciliar. A autora evidencia assim, uma inversão na posição das ocupações para os chefes de domicílio muito pobres, com perfil de

renda do PBF, em relação ao chefe de família médio brasileiro, onde 35% estavam ocupados em emprego com carteira, 26% trabalhavam por conta própria e 15% eram empregados sem carteira. Como coloca a autora, – trabalhar não diminui necessariamente o risco de pobreza, devido à precariedade das ocupações e à sua fraca remuneração. A população pobre do Cadastro Único e beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF, circulando entre situações de desemprego, trabalho sem remuneração, ocupações incertas, empregos precários e rendas insuficientes, está submetida a vários tipos de vulnerabilidade (Jaccoud, 2009). Nesse sentido, programas de aprendizagem e serviços de intermediação que removam as barreiras à empregabilidade dos pobres e possibilitem aumentar os rendimentos e a produtividade do trabalho são fundamentais.

A fragilidade da inserção produtiva dessa população também está condicionada a fatores relacionados às condições pessoais e sociais, como o acesso à educação e cultura, serviços de saúde, condições da moradia e características dos territórios em que residem. E parcela não desprezível das famílias do Cadastro Único são monoparentais e chefiadas por mulheres (36% das famílias, MDS, 2014), o que num contexto de escassa oferta de creches e educação infantil, amplifica as dificuldades para que muitas mulheres pobres consigam conciliar inserção produtiva e o cuidado e atenção requeridos pelos filhos. Assim, a educação infantil, além de ser fundamental para o desenvolvimento futuro das crianças, apresenta um papel chave para possibilitar a inserção produtiva dessas mulheres e a melhoria das condições de vida dessas famílias.

Como coloca Silva, Almeida e Strokova (2015), para os mais pobres, transformar educação e competências em rendimentos do trabalho de uma forma “sustentável” é mais difícil, pois enfrentam diversas barreiras à empregabilidade que vão além da falta de competências técnicas e se reforçam mutuamente.

“Os pobres enfrentam limitações importantes à empregabilidade, incluindo mecanismos ineficazes para buscar empregos (principalmente redes informais) e acesso limitado a serviços de cuidados infantis. A maioria dos brasileiros depende de redes informais para encontrar empregos; em relação aos ricos, os pobres têm menor probabilidade de pertencerem a redes com pessoas bem-conectadas e de alta renda” (Silva et al., 2015, p. 55).

No entanto, apesar das dificuldades relacionadas à inserção no mercado de trabalho formal por parte da população mais pobre, entre 2008 e 2011, esta inserção aumentou mais entre os pobres que entre os não pobres de acordo com Silva et al. (2015). Ao integrar os registros administrativos do Ministério do Desenvolvimento Social com os dados da previdência social, Leichsering, Silva e Proença (2015) concluem que a parcela dos pobres que ingressaram em empregos formais aumentou de 10.5% em 2008 para 16% em 2011 (considerando apenas os beneficiários do PBF). Entre os vulneráveis (pessoas inseridas no Cadastro Único, com renda mensal per capita entre R\$140.00 e R\$270.00), a taxa de inserção

em empregos formais aumentou a um ritmo semelhante, de 14.1% em 2008 para 20% em 2011. Dentre essa população, os trabalhadores jovens que concluíram o Ensino Médio foram os que lideraram esse processo. Em 2008, os pobres que haviam entrado no mercado formal eram os adultos com idade entre 29 e 39 anos com Ensino Fundamental completo (Leichsering et al., 2015). Entre 2008 e 2011, as pessoas de 17 a 24 anos, que concluíram o Ensino Médio, compõem o grupo cuja participação mais aumentou.

Cabe ressaltar que apesar da maior inserção no mercado formal de trabalho, os setores em que os pobres têm maior probabilidade de se empregarem, são o agrícola e da construção civil, como ressalta Silva et al., 2015.

POLÍTICAS PARA A INSERÇÃO PRODUTIVA

Desde 2003, o PBF vem garantindo uma renda mínima para seus beneficiários de forma a assegurar recursos para suas necessidades mais básicas. O acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação do PBF busca monitorar a oferta e as dificuldades de acesso por parte de seus beneficiários, de forma a promover a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. O terceiro eixo do programa, conhecido por Programas Complementares, busca ampliar as capacidades das famílias de forma a potencializar as oportunidades para ganhos de autonomia, com inserção no mercado de trabalho e geração sustentável de renda. Entretanto, esse eixo foi o que, entre 2003/2010, enfrentou mais dificuldades para sua consolidação.

No período 2004/2010 diversas ações foram desenvolvidas em termos de ampliação de oportunidades para inserção produtiva dos inscritos no Cadastro Único e para os beneficiários do PBF, seja a partir do governo federal e das articulações do PBF com os Programas Complementares, seja nas esferas locais.

O projeto de maior envergadura desenhado para a qualificação profissional no período foi o Próximo Passo, entre 2008-2010, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Ministério do Desenvolvimento Social –MDS e implementado em conjunto com estados e municípios de grande porte.

O Próximo Passo foi adaptado a partir do Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ), tradicionalmente implementado pelo MTE, com a contratação de empresas para as capacitações em diferentes regiões do país. Ao longo do processo de implementação diversas dificuldades foram se somando e acabaram por comprometer a complexa tarefa a ser cumprida.

Entretanto, a experiência do Próximo Passo e de outras ações desenvolvidas no período trouxeram lições importantes que puderam ser aproveitadas no período seguinte (2011-2014), na implementação da vertente de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria. Dentre as dificuldades observadas no Próximo Passo pode-se elencar: a deficiente interlocução e coordenação entre a gestão central, estados e municípios; a falta de articulação e mesmo de comunicação entre as empresas responsáveis pelos cursos e a gestão local, responsável por ofertar programas dessa natureza aos beneficiários e

aproximá-los dessas ações; a inadequação dos conteúdos e formatos dos cursos oferecidos tendo em vista o perfil do público.

Em 2011, o sistema de proteção social no Brasil havia se desenvolvido muito e possuía ferramentas que possibilitavam a identificação da população pobre e a articulação de diferentes ações para um mesmo público. Nesse contexto foi formulado o Plano Brasil sem Miséria- BSM, que a partir do Cadastro Único passou a identificar e direcionar ações prioritariamente para a população em situação de extrema pobreza. No seu eixo de inclusão produtiva, além de diferenciar estratégias para as áreas rurais e urbanas, o BSM buscou promover ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, apoio ao micro empreendedorismo e à organização coletiva de empreendimentos solidários. No âmbito da qualificação profissional o BSM avançou na oferta de cursos de qualidade a partir da parceria com o Ministério da Educação e com instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAC, SENAT e SENAR², com a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

O PRONATEC, de forma distinta dos programas anteriores, avançou também na articulação com estados e municípios, que passaram a atuar de forma estratégica na identificação dos potenciais beneficiários, na comunicação e sensibilização em diferentes sentidos em relação aos cursos ofertados, na articulação com as instituições ofertantes, no apoio a realização dos cursos e em muitos casos, no apoio à intermediação para o mercado de trabalho.

A construção do SUAS e de sistemas descentralizados de assistência social em todo Brasil, assim como a consolidação do CRAS como articulador da rede dos serviços socioassistenciais e o surgimento do Acessuas Trabalho ajudaram no sucesso do PRONATEC, que em outubro de 2014 estava presente em 4 mil municípios e com 1,7 milhões de matrículas realizadas (WWP, 2016).

Entretanto, o sucesso do PRONATEC, assim como de outras ações voltadas para a inclusão produtiva, não se deu de forma homogênea em todos os lugares. As diferenças dependeram de muitos fatores associados à implementação. E é por isso que iniciativas como a do Prêmio Boas Práticas Municipais de Indução ao Acesso ao Mundo do Trabalho apresentam muita relevância ao mapear boas práticas municipais em ações de inclusão produtiva.

A partir da análise das práticas inscritas no Prêmio, assim como, do que vem sendo observado como lições aprendidas internacionalmente, observam-se como aspectos relevantes:

- i. A articulação entre os diferentes atores também no nível local (instituições ofertantes, área da assistência social, educação e trabalho, empresas da região e outros atores) de forma sistêmica para assegurar a identificação do público a ser capacitado, assegurar a realização dos cursos e a intermediação para o mercado de trabalho local;
- ii. A necessidade de identificar cursos que ofereçam oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho da região;

2 Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

- iii. A importância da comunicação com os potenciais beneficiários de forma a explicar a natureza dos cursos, detalhar aspectos específicos e trabalhar crenças arraigadas do tipo “esse curso não é para pessoas como eu”;
- iv. A necessidade de adaptar horários, formatos dos cursos, apoiar no transporte e alimentação, flexibilizando ao máximo as condições da oferta para atendimento de uma população com inúmeras vulnerabilidades. Importante também é a sensibilização dos profissionais que trabalham na capacitação desse público, sobre as especificidades dessa população;
- v. A gestão eficiente dos recursos disponíveis e a realização de controle e acompanhamento de todos os resultados gerados ao longo do tempo de forma a monitorar as ações implementadas;
- vi. O monitoramento sistêmico, por meio de planilhas e sistemas, da frequência aos cursos, desistências, finalização de cursos e inserção laboral;
- vii. A necessidade de se atuar como uma rede de emprego para a população pobre de forma a remover as barreiras à empregabilidade dos pobres.

A inserção produtiva com geração de renda de forma sustentável por parte da população mais pobre permanece como um desafio para grande parte dos municípios brasileiros. Não se pode negar, no entanto, os avanços dos últimos anos, que foram muito bem representados pelas nove práticas finalistas do Prêmio realizado pelo Estado do Rio de Janeiro. Não há dúvidas, que apesar das dificuldades, sempre presentes, é possível avançar a partir do conhecimento e das lições aprendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CURRALERO, 2012. C. B. O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família. Tese de doutorado, UNICAMP.
- JACCOUD, 2009. L. Entre o trabalho e a garantia de renda: a trajetória recente da proteção social no Canadá. Texto para Discussão. n.1420 – IPEA, Brasília: IPEA.
- LEICHSENRING, A. SILVA, J. PROENÇA, R. 2015. “The insertion in Formal Employment among the Poor and Vulnerable”. Research paper. World Bank.
- MDS, 2014. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2104. Perfil das pessoas e famílias do Cadastro Único do Governo Federal – 2013. Acessado em: <http://pt.slideshare.net/mdscomunica-cao/perfil-cadastro-unicov9>
- SILVA, J. ALMEIDA, R. STROKOVA, V. , 2015. Sustentando melhorias no emprego e nos salários no Brasil: uma agenda de competências e empregos. Banco Mundial
- WWP, 2016. Estratégia de Inclusão Produtiva Urbana no Brasil sem Miséria. Acessado em: https://www.org.br/sites/default/files/pub/Brasil_sem_Miseria_inclusao_produtiva_urbana_portugues.pdf

The background features a repeating geometric pattern of teal triangles and diamonds on a light beige background. The pattern is symmetrical and creates a sense of depth and structure.

CAPÍTULO 1
QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL,
INCLUSÃO PRODUTIVA
E GERAÇÃO DE RENDA

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NO RIO DE JANEIRO

SIMON SCHWARTZMAN⁴

A economia do Estado do Rio de Janeiro está voltada para atividades de serviço – comércio, serviços sociais, administração pública e serviços a empresas – que ocupam 53% das pessoas que trabalham e geram 63% da renda do trabalho (Quadro 1). A indústria ocupa 10% das pessoas e a agricultura, somente 1.4%.

QUADRO 1

RIO DE JANEIRO, RENDA MÉDIA DAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA		
	Número de pessoas	Renda mensal do trabalho
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.385.102	1.656,46
Serviços prestados principalmente às empresas	1.023.265	2.707,02
Educação, saúde humana e serviços sociais	1.018.152	2.813,12
Indústria	759.794	2.376,06
Construção	722.728	1.782,54
Serviços domésticos	557.554	965,87
Administração pública, defesa e seguridade social	492.955	4.005,92
Transporte, armazenagem e correio	464.211	2.154,05
Alojamento e alimentação	439.099	1.453,84
Outros Serviços	402.106	1.682,89
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	100.027	1.722,69
Atividades mal definidas	3.332	1.982,66
Total	7.368.325	2.175,44

Fonte: IBGE, PNAD contínua 4/2015

4 Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro.

Nem todos têm emprego regular: 40% da população trabalha sem carteira assinada, seja em empregos informais, por conta própria, ou, em pequeno número, como empregadores (Quadro 2). O trabalho por conta própria pode ser uma boa opção para pessoas de nível superior, levando a uma renda mensal de 4 mil reais em média, mas não para os que não completaram a educação média, para os quais a renda mensal média era de cerca de 1.100 reais.

QUADRO 2

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (RIO DE JANEIRO)			
	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Total
Empregado no setor privado	3.348.859	557.670	3.906.529
Trabalhador doméstico	228.354	330.750	559.104
Empregado no setor público	106.575	97.978	204.553
7 Militar e servidor estatutário	767.536		767.536
8 Empregador		204.663	204.663
9 Conta-própria		1.735.319	1.735.319
10 Trabalhador familiar auxiliar		28.497	28.497
Total	4.451.324	2.954.877	7.406.201

Fonte: Pnad contínua 4/2015

Os dados mostram que 8.5% da população ativa² entre 18 e 65 anos no Rio de Janeiro estava desempregada ao final de 2015: pessoas que buscavam algum tipo de trabalho, formal ou informal, e não conseguiam. Mas, além disso, havia muitos mais que, por diferentes razões, estavam fora do mercado de trabalho: 40% das mulheres e 16% dos homens, quase 30% da população entre 18 e 65 anos.

Existem muitas razões pelas quais as pessoas não trabalham e uma das mais importantes é a baixa escolaridade. No Rio, como em outras partes do país, o acesso ao mercado de trabalho e os rendimentos estão fortemente relacionados à escolaridade das pessoas. A renda de quem tem nível superior é quase três vezes a de quem tem o nível médio e a renda de quem tem nível médio é quase 30% maior de quem só tem a educação fundamental. Na população de 18 a 65 anos, entre os sem instrução, somente 52,3% das pessoas trabalhavam; entre os de nível superior, a proporção era de 80,6%. Entre os que buscam trabalho e não conseguem, a pior situação é a dos que completaram a educação fundamental, mas não completaram o ensino médio: para eles, a taxa de desemprego era de 13,3% para as mulheres e 21,8% para homens, enquanto que, para os com educação superior, cerca de 4% para ambos.

O desemprego também afeta mais as mulheres e os jovens: 18,2% entre as mulheres de 18 a 30 anos e 13,2% para os homens da mesma idade. Finalmente, a inatividade e o desemprego são maiores entre os mais pobres, que são, também, aqueles que apresentam níveis mais baixos de escolarização histórica-

5 Para entender o que estes números significam: entende-se por população ativa tanto os que estão trabalhando quanto os que estão procurando trabalho; os ocupados são os que estão trabalhando; os desocupados, ou desempregados, são os que estão procurando trabalho; os inativos são os que estão fora da força de trabalho; a taxa de desemprego é a percentagem da força de trabalho que está desocupada, ou seja, procurando trabalho sem encontrar.

mente. Entre os 20% de menor renda familiar, só 61,3% estavam ocupados e a taxa de desemprego era de 14,8%, em contraposição aos índices de 79,6% de ocupação e 6,1% de desemprego entre os 20% mais ricos (Quadro 3).

QUADRO 3

% POPULAÇÃO INATIVA OU PROCURANDO EMPREGO, POR SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO (*)				
Nível de educação	Homens		Mulheres	
	Procurando trabalho	Inativos	Procurando trabalho	Inativas
Sem instrução	4,9%	25,5%	3,8%	60,2%
Fundamental incompleto ou equivalente	6,2%	20,2%	4,9%	52,4%
Fundamental completo ou equivalente	5,6%	14,7%	4,6%	48,6%
Médio incompleto ou equivalente	9,8%	25,9%	11,5%	47,3%
Médio completo ou equivalente	7,0%	13,2%	7,3%	37,5%
Superior incompleto ou equivalente	5,7%	25,4%	6,5%	37,2%
Superior completo	3,1%	9,0%	3,4%	21,1%
Total	6,1%	16,4%	5,8%	40,3%

* de 18 a 65 anos de idade / Fonte: Pnad contínua 4/2015

Nada melhor, portanto, para garantir um bom emprego e um bom salário, do que completar o ensino médio, e, se possível, um curso superior. Ainda são muitos os que abandonam o ensino médio antes de completar, por não conseguir acompanhar, pela má qualidade de muitas escolas, ou por precisar trabalhar. Mas as novas gerações entendem cada vez mais a importância de não desistir: ao final de 2015, entre os de 18 a 30 anos no Rio de Janeiro, 67,5% haviam completado o ensino médio, comparado com 29,4% na geração com idades entre 51 e 65 anos. No entanto, são poucos os que conseguem completar um curso superior, somente 12,7% do total em todos os grupos de idade. São Paulo e Distrito Federal são as regiões do Brasil com maior taxa de escolarização: 74,7% e 72,2%, respectivamente, com educação média entre os de 18 a 30 anos, e 15,7% e 21,1% com nível superior na população total.

Existem duas razões principais que explicam as vantagens de quem tem níveis mais elevados de escolaridade. O mercado de trabalho, cada vez mais, valoriza as pessoas que conseguem ler e se comunicar bem, por escrito e oralmente, raciocinar com números, entender e se adaptar às mudanças que ocorrem todo tempo no mundo de trabalho e na vida, e são estas as principais competências que vêm com uma boa educação. Saber inglês é cada vez mais valorizado. A segunda razão é que, sem saber os detalhes de cada pessoa, os empregadores tendem a dar preferência a quem tem mais escolaridade, porque acreditam que estas pessoas têm estas qualidades que esperam.

Mas o mercado de trabalho também busca pessoas com conhecimentos técnicos profissionais, sobretudo nas áreas de serviços de saúde e administrativos. Técnicos de nível médio, ao final de 2014, ganhavam em média o dobro dos que haviam concluído o ensino médio sem nenhuma especialização profissional. Os salários de trabalhadores de produção de bens e serviços industriais, ou de manutenção e reparação,

também eram substancialmente maiores do que os de outros trabalhadores com somente a educação fundamental. O Rio de Janeiro tinha, em 2014, 168 mil estudantes matriculados em cursos técnicos de nível médio, cerca de 20% do total de matrículas neste nível educacional. A maioria dos cursos era na área de serviços de saúde, além de muitos também na área de controle e processos industriais, que inclui mecânica e eletricidade, e de gestão e negócios, oferecidos, sobretudo, pelo setor privado.

QUADRO 3

MATRICULAS NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL NO RIO DE JANEIRO						
Eixos de Formação	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Sistema S	Total
Saúde e meio ambiente	2.588	3.980	281	28.002	6.078	40.929
Apoio Educacional	0	170	52	1.671	0	1.893
Controle e processos industriais	7.803	6.760	356	20.923	6.651	42.493
Gestão e negócios	697	6.627	283	8.020	8.494	24.121
Turismo e Lazer	545	1.098	0	2.052	516	4.211
Informação e comunicação	2.716	3.608	132	9.021	2.209	17.686
Infraestrutura	1.106	1.912	374	5.012	214	8.618
Militar	3	0	0	0	0	3
Produção de alimentos	560	312	0	0	170	1.042
Produção cultural e Design	192	666	38	1.594	2.450	4.940
Produção Industrial	714	437	44	1.692	961	3.848
Recursos naturais	726	400	85	97	0	1.308
Segurança do trabalho	827	493	173	8.197	7.511	17.201
Total	18.477	26.463	1.818	86.281	35.254	

Fonte: Ministério da Educação, Censo Escolar, 2014

O Brasil tem uma importante tradição de cursos profissionais de curta duração, que não dependem de diplomas escolares, e que são proporcionados por instituições como o SENAI e SENAC, assim como por muitas instituições públicas e privadas. Estes cursos são importantes, porque podem significar, para muitas pessoas, a diferença entre estar dentro ou fora do mercado de trabalho, e ter um rendimento maior. Infelizmente, não existem estatísticas organizadas sobre estes cursos.

Mas a educação técnica e profissional não substitui a formação geral, sobretudo no desenvolvimento da capacidade de leitura, do raciocínio matemático e no conhecimento de inglês, competência cada vez mais exigida pelos contratantes. No passado, havia a ideia de que a educação profissional era uma educação de segunda classe, destinada a pobres e operários, diferente da educação regular dos ricos e das classes médias, que preparavam para as universidades. As leis brasileiras até hoje mantêm este preconceito, ao não permitir que as pessoas obtenham um título de nível médio em um curso técnico sem

completar também todos os cursos obrigatórios do ensino médio regular, muitos dos quais só servem para fazer a prova do ENEM, que só beneficia a poucos. No mundo todo e, sobretudo, nas economias mais desenvolvidas, isto não é assim.

A educação técnica e profissional se dá em todos os níveis, combinando trabalhos práticos com estudos teóricos, e, no ensino médio, os estudantes começam a se orientar para diferentes tipos de formação, algumas levando logo a certificados técnicos e profissionais, e outras aprofundando estudos preparatórios para cursos superiores, que podem ocorrer tanto em universidades quanto em institutos tecnológicos, conforme os interesses, as aptidões e formação anterior de cada um. É este o caminho que precisamos seguir.

MUNICÍPIO
São Francisco de Itabapoana

PRÁTICA
Da Qualificação ao Mercado de Trabalho

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Promoção Social

GESTOR RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Dayse Teixeira,
Secretária Municipal de Trabalho, Assistência e Promoção Social. Graduada em Pedagogia (Faculdade de Filosofia de Campos dos Goytacazes - FAFIC), pós-graduada em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO - RJ e em Orientação Educacional pelo Instituto de Desenvolvimento da Educação - IDE - RN

ÁREA TEMÁTICA
Área 4 – Intermediação efetiva ao mundo do trabalho

PALAVRAS-CHAVE
Qualificação; inserção laboral; intermediação de mão de obra, capacitação profissional



1.1 – Contextualização da prática

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita RS	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Famílias Pobres (Perfil CadÚnico)	Estimativa MDS Família Po-bre (Perfil CadÚnico)/ População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,639	0,49	33.369	14,79%	7.416	18%	41.354

b. Estrutura e equipe técnica

A prática é desenvolvida pela equipe do Departamento de Trabalho, vinculado ao Gabinete da secretária e desenvolve suas atividades na própria Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Promoção Social. São 07 (sete) pessoas diretamente envolvidas na gestão da prática: a secretária Municipal de Trabalho, Assistência e Promoção Social; a diretora do Departamento de Trabalho; a diretora do Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social, 02 (dois) auxiliares administrativos; 01 (um) agente administrativo e a coordenadora do Programa Bolsa Família. A equipe se reúne quinzenalmente para avaliar os avanços e as dificuldades a serem vencidas para que a prática continue em ascensão, discutindo os erros e reavaliando continuamente o projeto.

c. Público-alvo

Pessoas de baixa renda, beneficiários dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, que se encontram cadastrados ou em processo de inclusão no CadÚnico, com idade a partir de 16 anos, desempregados, quilombolas, deficientes, ex-presidiários, mulheres “do lar”, mulheres e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

d. Objetivos

Preparar jovens e adultos por meio de cursos profissionalizantes gratuitos de formação inicial e continuada para a busca de uma vaga temporária ou permanente no mercado de trabalho, em consonância com as exigências do mundo moderno. Promover a intermediação de mão de obra especializada para as empresas e para o comércio local, proveniente dos cursos de qualificação gratuitos oferecidos no próprio município, garantindo ou promovendo a ampliação de renda das famílias, reduzindo o desemprego, a desigualdade e a exclusão social, expandindo a economia do município, a partir de um desenvolvimento justo e solidário.

e. Antecedentes e delimitação do problema

O município tem um índice elevado de famílias em situação de extrema pobreza, com penúltimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Rio, inclusão mínima de pessoas no mercado de trabalho e sem oferta de qualificação profissional. Dentre os problemas identificados, se acentuou a situação de pessoas sem qualificação profissional que mantinham a subsistência de suas famílias por meio de empregos temporários (os chamados “biscates”) e desprovidas de qualquer direito trabalhis-

ta, outras que acabavam se tornando dependentes da natureza e de fatores climáticos para conseguirem algum trabalho e as que ficavam aguardando uma oportunidade de emprego no setor público. A problemática foi detectada por meio de mapeamento feito nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município (Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS), sobre a situação de trabalho das famílias e apuração de dados estatísticos em fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), tornando-se urgente a necessidade de estruturar tal esfera, com retorno imediato para o favorecimento econômico da população e para inserção no mercado de trabalho. Portanto, era uma demanda antiga que vinha se avolumando ao longo dos anos e as ações aplicadas até então não conseguiam promover uma verdadeira mudança na qualidade de vida dos munícipes sem intervenções para que o problema fosse efetivamente solucionado. No município não havia histórico de Secretaria ou Departamento de Trabalho, a não ser na lei de criação da Secretaria de Assistência Social, logo não havia parcerias firmadas, nem programas de gratuidade para tal demanda. Em consequência dessa situação, existia uma extrema dependência do setor público no que se refere às necessidades básicas para o sustento familiar como saúde, educação, assistência social, infraestrutura, habitação e outras. A prática vem sendo implementada desde julho/2013, quando o Balcão Municipal de Empregos foi implantado.

2 – Estratégias de implementação

Diante do panorama social identificado tornou-se urgente a necessidade de se mapear através

dos CRAS a situação de trabalho das famílias e de se criar uma forma de reordenar a estrutura laboral desse público-alvo com o intuito de aumentar e/ou proporcionar renda para as famílias. Foram implementados, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM), diversos cursos pelo Sistema “S”, por meio dos quais teríamos como intermediar mão de obra para os hotéis e pousadas nas temporadas de verão, além do comércio local e as empreiteiras da Petrobrás e Portos instalados na região. Foram realizadas reuniões com os empresários do município para apresentação do Balcão Municipal de Empregos solicitando apoio à iniciativa e cadastrando as empresas interessadas em contribuir na contratação de pessoal. Atualmente, o Balcão Municipal de Empregos é o local de referência para novas empresas que pretendem se instalar no município, para o comércio local, para as indústrias da região e para algumas firmas empreiteiras que mantêm parceria e buscam mão de obra especializada. O Balcão Municipal de Empregos foi implantado mediante a lei Municipal nº 409/2013, de 08 de julho de 2013, e criado o Projeto “Empregabilidade”, que incentiva o comércio local a valorizar a iniciativa, contribuindo na contratação de jovens em busca do primeiro emprego, desempregados ou daqueles que concluíram os cursos de qualificação oferecidos pelo Sistema “S”, via Pronatec/BSM.

O Sistema “S” e instituições particulares que ofereciam cursos de qualificação foram procurados e foi colocada a urgência em qualificar essa população em situação de vulnerabilidade social. Os ofertantes a princípio solicitaram o espaço parceiro e orientaram a aderir ao Pronatec/BSM do Governo Federal. Após firmadas as parcerias com cursos de qualificação particulares e através do Programa de Gratuidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Senai/Firjan), foram oferecidos os

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

cursos de qualificação. Foi iniciada a divulgação dos cursos através de cartazes, indicações dos CRAS, nos blogs do município, no site da prefeitura, na rádio comunitária e nas escolas estaduais e municipais. Foram feitas articulações com escolas e igrejas para disponibilizar espaços físicos para os cursos. Depois da qualificação das primeiras turmas, foi elaborado um encarte com a apresentação dos cursos que foram realizados no município e enviado um agente administrativo a algumas firmas empreiteiras para tentar captar vagas. Também foi realizada uma reunião com os empresários do município para a apresentação da proposta de absorção dessa mão de obra. Foi realizado o cadastramento das empresas e das possíveis vagas que eles poderiam oferecer. Periodicamente, um agente do Departamento de Trabalho é encaminhado à Região

dos Lagos e aos portos da região para apresentar o Projeto “Empregabilidade” e articular junto a empreiteiras da Petrobras, a oferta de mão de obra especializada, com as necessidades da empresa para captar vagas de emprego onshore e offshore, além de buscar vagas no comércio local.

Foram elaboradas planilhas de frequência dos alunos e canais de acompanhamento da assiduidade via telefone e/ou e-mail com os professores dos cursos e efetuadas visitas quinzenais às turmas para verificação das evasões e os possíveis obstáculos que poderiam estar impedindo os beneficiários de frequentar as aulas. Em caso de evasão, o coordenador contatava o núcleo familiar, o CRAS ou o próprio aluno para identificar o entrave para solucioná-lo, para que o aluno retornasse ao curso ou efetuando sua substituição, quando em tempo hábil. Para avaliar o impacto da prática e identificar problemas e entraves na implementação da mesma, após o primeiro ano de execução da prática, foi desenvolvida pela equipe de implementação, uma avaliação dos avanços e das dificuldades a serem vencidas.



3 - Investimentos realizados

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)			Percentual (%)
	Ano 1 (2013)	Ano 2 (2014)	Ano 3 (2015)	
Prefeitura municipal	R\$ 21.500,00	R\$ 44.000,00	R\$ 26.000,00	100%

b. Detalhamento da aplicação de recursos do Próprio Município

Natureza	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Percentual (%)
Reforma de espaço Infraestrutura	R\$ 4.100,00	R\$ 8.000,00	R\$ 2.000,00	15,41%
Contratação de profissionais	R\$ 9.600,00	R\$ 22.800,00	R\$ 19.800,00	57,05%
Material de instrução e divulgação	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 700,00	3,50%
Transporte	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00	R\$ 1.200,00	5,25%
Material de Consumo	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 1.000,00	10,93%
Eventos	R\$ 2.600,00	R\$ 3.300,00	R\$ 1.300,00	7,87%
TOTAL	R\$ 21.500,00	R\$ 44.000,00	R\$ 26.000,00	100%

4 - Resultados

No ano 2013, foram beneficiados pela prática 550 alunos e nos anos de 2014 e 2015, foram atingidas 455 pessoas, totalizando 1.005 pessoas capacitadas em 23 cursos diferentes. 70% das vagas nos cursos de qualificação foram preenchidas por pessoas inseridas no CadÚnico.

Em relação aos currículos cadastrados no Balcão Municipal de Empregos, no ano de 2013, foram cadastrados 142, no de 2014, foram cadastrados 386 e 680 no ano de 2015, totalizando 1.208 currículos cadastrados.

Foram inseridas no mercado de trabalho local e regional 353 (trezentos e cinquenta e três)

profissionais qualificados. Em 2013, foram inseridos 97 (noventa e sete) profissionais. Em 2014, a inserção foi de 132 (cento e trinta e dois) profissionais. Em 2015, foram inseridos 124 (cento e vinte e quatro) profissionais, dos quais 60% são oriundos do CadÚnico, cadastrados ou em processo de cadastramento, e os demais incluem desempregados, aprendizes, mulheres “do lar”, quilombolas e pessoas de baixa renda.

5 - Lições aprendidas

Uma das dificuldades encontradas foi a liberação de espaços físicos para a implementação dos cursos, pois as escolas públicas nem sempre dispu-

nham de espaços físicos ociosos para nos ceder e aquelas que possuíam, alegavam que o espaço só poderia ser disponibilizado para a Educação Básica e não para Qualificação Profissional. Outro entrave às vezes acontecia com a logística do transporte noturno para os alunos dos cursos, pois o município é muito extenso e em determinado horário não há mais coletivos circulando para todos os distritos. Conseguimos superar a dificuldade do espaço físico contando com a colaboração das igrejas e espaços cedidos em salões de festa e quanto ao transporte noturno, os próprios alunos viabilizaram transporte alternativo para as localidades de difícil acesso, utilizando a Bolsa—Formação disponibilizada pelo Pronatec/BSM.

MUNICÍPIO
Volta Redonda

PRÁTICA
Inclusão Produtiva e
Geração de Renda

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Secretaria Municipal de
Ação Comunitária

GESTOR RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Marlene Auxiliadora da Mota
Vieira, Coordenadora Geral do
Programa de Inclusão Produtiva
e Geração de Renda. Graduada
em Serviço Social (Universidade
Geraldo de Biasi - UGB), pós-
graduada em Planejamento
e Gestão de Políticas Sociais
(Centro Universitário de Volta
Redonda - UniFOA)

ÁREA TEMÁTICA
Área 3 - Articulação
Institucional

PALAVRAS-CHAVE
Inclusão produtiva;
Qualificação; Geração
de renda; Autonomia
econômica

1.1- Contextualização do município

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita R\$	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Famílias Pobres (Perfil CadÚnico)	Estimativa MDS Família Po-bre (Perfil CadÚnico)/ População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,771	0,50	39.740	1,84%	17.858	7%	257.803

b. Estrutura e equipe técnica

A prática é implementada pela equipe de gestão do Programa de Inclusão Produtiva e Geração de Renda, que está subordinada ao Departamento de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Ação Comunitária, da Prefeitura Municipal de Volta Redonda.

A gestora se dedica a esta prática, com exclusividade, desde 2007. Estão envolvidos diretamente na prática 05 (cinco) profissionais. Além da equipe de gestão, há uma equipe operacional composta por: 01 apoio administrativo para o Centro de Educação e Produção Alimentar (CEPA) Padre Josimo e São Sebastião; 01 administrativo do CEPA Padre Josimo; 01 administrativo do CEPA São Sebastião; 01 administrativo do quiosque; 28 instrutores das oficinas de inclusão produtiva; 03 serviços gerais.

c. Público alvo

O público-alvo prioritário são pessoas maiores de 16 anos, pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas na rede de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial do Município de Volta Redonda.

d. Objetivos

Fortalecer a autonomia econômica dos usuários, através da sua participação no mundo do trabalho, ampliar

suas oportunidades de acesso ao trabalho remunerado e que tenha uma perspectiva de sustento próprio.

e. Antecedentes e delimitação do problema

O município possui altos índices, ainda crescentes, não só de falta de oportunidade de trabalho, mas também de ausência de qualificação.

Desde a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, no ano de 1941, a ocupação desordenada do município vem sendo observada. Muitas famílias vieram se instalar na cidade sem nenhum preparo profissional, provocando a ocupação de morros, culminando com o surgimento das favelas. Ainda hoje, embora em menor escala, essa realidade permanece. Até os dias atuais, há a reprodução sistemática desta situação de pobreza e consequente desânimo desta população.

O município detectou uma demanda reprimida por cursos de qualificação profissional por parte da maioria das pessoas em situação de pobreza, visando à autonomia e ao empoderamento dos usuários.

A prática vem sendo implementada desde 2002, com sucesso.

2- Estratégias de implementação

A Prefeitura Municipal de Volta Redonda, através da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC), estrategicamente instalou as unidades assistenciais em bairros de periferia para facilitar o acesso desse público, de acordo com a Política Nacional da Assistência Social (PNAS). As equipes técnicas dessas unidades realizam pesquisas de levantamento de interesse dos usuários e quais são suas habilidades e seus desejos. Uma das estratégias foi criar o Centro de Inclusão Produtiva (CIP) e dois Centros de Educação e Produção Alimentar – cozinha industrial – (CEPA) para capacitar os usuários com a finalidade de organizar grupos sociais para geração de renda (capacitações com intuito de ensinar e/ou aprimorar os conhecimentos destas pessoas). No CIP e nos CEPAs, o usuário em processo de capacitação é orientado quanto à qualidade dos produtos fabricados por ele próprio e aprende noções de embalagem e precificação, dentre outras. As atividades de inclusão produtiva são realizadas nas 33 unidades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), nas duas unidades CEPA, nos três Centros de Atividades Múltiplas (CAMs) e no CIP. A distribuição das oficinas é feita de forma que cada instrutor realize pelo menos duas oficinas em cada CRAS, de duas a três vezes por semana, atendendo em média 15 a 20 usuários por turma. Outra unidade é o quiosque no mercado popular, onde são vendidos os produtos de artesanato e também de culinária. A criação do Centro de Inclusão Produtiva foi aprovada pelo Conselho Municipal da Assistência Social em 2002.

Realizamos reuniões com os parceiros Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae – palestras e assessoria), Instituto de Cultura Técnica (ICT) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR – ofertante dos cursos) e

Universidade Federal Fluminense (UFF) para capacitação dos usuários e instrutores. Além disso, trabalhamos em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Saúde e Banco da Cidadania. Em eventos para divulgação dos cursos, é realizada a comercialização dos produtos, o encaminhamento para cadastramento e é oferecida assessoria aos Microempreendedores Individuais. Realizamos campanha de divulgação dos cursos em equipamentos públicos das áreas de saúde, educação, cultura, dentre outros, nos comércios da região por meio de panfletagem, entrevista com o secretário da pasta em canais de rádio e TV, matérias em jornais diários e semanais e nas reuniões com grupos de famílias beneficiárias do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF).

A equipe realizou encontros e estabeleceu parcerias, por meio do Clube de Diretores Lojistas, com as empresas localizadas no município, visando à inclusão no mundo do trabalho dos alunos capacitados pelos cursos oferecidos.

A supervisão vai a campo acompanhar, principalmente nos CRAS, CAM e CEPA e garantir que estamos atingindo nosso objetivo. Nestas unidades, as planilhas são feitas pelas equipes e nós acompanhamos todos os processos, desde a criação de demanda, até a ida às aulas e possíveis evasões e seus motivos. Este acompanhamento é feito até hoje.

3- Investimentos realizados

Os recursos orçamentários são provenientes do Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Fundo de Manutenção e Operacionalização da SMAC. Utilizamos os recursos 92, 93 e 99. Os recursos são, portanto, sustentáveis e jamais são interrompidas por falta de dinheiro. Se,

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

porventura, faltar um dos recursos anteriores, federal e estadual, o município tem condições de manter as oficinas com recursos próprios, pois estas são prioridade da Secretaria.

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)/Ano 2015	Percentual (%)
Recurso Municipal	R\$ 81.000,00	67,5%
Recurso Estadual	R\$ 30.000,00	25%
Recurso Federal	R\$ 9.000,00	7,5%
TOTAL	R\$120.000,00	100%

b. Detalhamento da aplicação de recursos

Natureza	Origem do recurso	Valor (R\$)
Equipe de 40 pessoas	Municipal	R\$50.000,00 mensais

4- Resultados

Desde o início da prática, em 2002, já tivemos 19.752 alunos beneficiados com as oficinas. A prática é constantemente avaliada pelos próprios alunos e pela supervisão. No início de nossa prática, em 2002, foram 135 usuários beneficiados. Já em 2015, foram 2.899 formandos. Destes, 81% estavam incluídos no Cadastro Único (CadÚnico). No término das oficinas, informamos a possibilidade de participação nos grupos de produção para serem comercializados seus produtos nas feiras, exposições e no quiosque. O quiosque está localizado no Mercado Popular e foi dividido em duas partes, sendo uma de alimentos (salgados e doces) e outra de artesanatos. Funciona de segunda-feira a domingo, em sistema de revezamento com as usuárias dos grupos de produção para venda dos seus produtos. Atualmente, contamos



com 65 artesãs e 23 culinárias. O objetivo destes quiosques é a geração de renda para os usuários inseridos no projeto.

O faturamento do Quiosque foi nos últimos três anos:

- a) 2013: R\$ 24.362,40
- b) 2014: R\$ 23.254,90
- c) 2015: R\$22.654,70.

Temos também o Arraiá da Cidadania, que acontece nos últimos cinco dias de cada mês de julho no coração comercial do município e que no mesmo período do tempo, faturou:

- a) 2013: R\$ 15.219,00
- b) 2014: R\$ 26.796,00
- c) 2015: R\$ 15.082,00.

As mobilizações e divulgações para inclusão nesse período foram:

- a) Panfletagens: 5.447
- b) Jornais e impressos: 2.006
- c) Individual no CRAS: 51.042
- d) Carro de som: 27
- e) Reuniões comunitárias: 297.

5 - Lições aprendidas

Foram inúmeros desafios, principalmente a descoberta de alto número de analfabetismo nestas áreas de vulnerabilidade e risco social, o que dificultava oferecer todas as oficinas que a secretaria tinha à disposição. Sendo assim, houve a necessidade de readequação das oficinas oferecidas para que o público em questão não fosse excluído, sabendo que são esses usuários que necessitam de maior aprimoramento profissional para que se autono-mizem, sendo uma importante "porta de saída" da política de assistência social.

Boa parte deste público usuário das oficinas é formada por mulheres, chefes de família, que na época de férias escolares acabam não encontrando suporte para seus filhos, dificultando a ida regular às oficinas. Para superar a falta de acesso por esta questão, os instrutores, em consonância com os orientadores sociais, articulam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo assim, as famílias oriundas dos serviços participam como um todo atingindo a proposta da política da assistência social.

Portanto, a partir deste projeto podemos consolidar expectativas quanto à conscientização de pessoas prioritariamente fora do mundo do trabalho e promover mudanças comportamentais, fomentando atividades existentes no CIP, CEPA e no quiosque, com enfoque preciso em economia solidária considerando as características de cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade



CAPÍTULO 2
Estratégias municipais
de implementação do
Programa Nacional de
Promoção do Acesso ao
Mundo do Trabalho
(Acessuas Trabalho)

INCLUSÃO PRODUTIVA E INTERSETORIALIDADE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANDRÉA BAPTISTA¹

LÍVIA KRAUSE ARNAUD²

MÔNICA DURIEZ³

VICTOR HUGO MIRANDA⁴

As relações de trabalho e a produção do capital vêm sofrendo significativas transformações no contexto mundial, mais fortemente, desde a década de 1980, quando as inovações tecnológicas invadiram o setor fabril, trazendo a automação, a robótica e a microeletrônica, que intervêm diretamente nas formas de inserção no mercado, submetendo a classe trabalhadora a uma grave crise econômica e dos processos produtivos.

Essa nova ordem capitalista tem, cumulativamente, deixado “à margem” dos processos de produção parcela importante de trabalhadores, gerando uma demanda que precisa ser cada vez mais absorvida pelas políticas sociais, não obstante o fato de que esse investimento tem estreita relação com o contexto sociopolítico e econômico para que seja assimilado de maneira estruturante e na perspectiva da garantia dos direitos sociais.

A Política de Assistência Social, conforme estabelece a Constituição de 1988, no seu art. 203 e reafirmada com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, tem como um dos objetivos a

1 Assistente Social, pós-graduada em Gestão da Atenção Básica e Promoção do Desenvolvimento Social pela ENSP/FIOCRUZ; Superintendente de Proteção Social Básica da SEASDH.

2 Antropóloga, mestre em Antropologia Social pela UFRJ; Assessora Técnica da Superintendência de Proteção Social Básica/SEASDH.

3 Assistente Social, pós-graduada em Atendimento Integral à Família pela Universidade Veiga de Almeida; Assessora Técnica da Superintendência de Proteção Social Básica/SEASDH.

4 Assistente Social, pós-graduado em Política Social pela UNIGRANRIO; Assessor Técnico da Superintendência de Proteção Social Básica/SEASDH.

promoção da integração ao mercado de trabalho. A assistência social apresenta por premissa a inclusão produtiva por meio de programas e projetos que abarquem as demandas da população que não acessa o mercado de trabalho formal. Portanto, são correspondentes as garantias afiançadas por essa política, dentre as quais a garantia de segurança de sobrevivência e de renda, além dos objetivos voltados à ampliação da capacidade produtiva e da elevação da qualidade de vida. Apesar desse reconhecimento, de modo geral, as ações desenvolvidas tinham um caráter descontínuo e atendiam pontualmente às emergências sociais, sobretudo aquelas voltadas à garantia de acesso ao trabalho.

No âmbito da política de assistência social, o Estado do Rio de Janeiro criou os Núcleos de Atendimento à Família – NAF’s – equipamentos de base e gestão municipal e financiamento estadual, para referenciar famílias vulneráveis nos territórios. Nesses núcleos, era desenvolvido o PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família, que realizava o atendimento psicossocial às famílias. Nesse contexto, eram ofertadas oficinas diversas em resposta às demandas das famílias atendidas, dentre as quais, a de Geração Trabalho e Renda – GTR, como alternativa para inserção produtiva. Essas oficinas tinham contornos muito distintos, de acordo com as necessidades apresentadas, indo desde o artesanato, pintura, manicure, cabeleireiro e marcenaria até a fabricação de vassouras e a panificação.

À época, embora tais atividades tivessem a adesão dos usuários da política e uma produção concreta que respondia muitas vezes à demanda imediata de autossustento, os questionamentos quanto à validade dessas atividades começaram a surgir muito pelo reconhecimento dos “limites dessa política”. Eram atividades que tinham um formato de “capacitação”, embora a assistência social não tenha a competência para a certificação, inviabilizando, em certa medida, a integração dos usuários no mercado formal de trabalho.

A partir de 2003, foi criado, em âmbito nacional, o Programa de Atendimento Integral às Famílias/PAIF com vistas a implementar uma metodologia de acompanhamento familiar, uma estratégia de trabalho com famílias, na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania. Com essa experiência, a assistência social vem assimilando novas formas de atuação integradas às demais políticas setoriais e de desenvolvimento regional, a fim de aprimorar a qualidade da oferta na superação das desigualdades sociais.

Inicia-se, em 2004, uma trajetória de grandes avanços da política pública de assistência social com a organização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. O SUAS é um sistema descentralizado e participativo que organiza a oferta da assistência social em todo o território nacional de forma hierarquizada por níveis de complexidade – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial⁵ –, promovendo a proteção social às famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência,

5 A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos. (PNAS, 2004)

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS, 2004)

idosos em situação de vulnerabilidade e risco social nos territórios abrangidos pelos equipamentos de referência dessa política, dentre elas a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Considerando o imperativo do alinhamento da política estadual de assistência social ao que estava posto nacionalmente, os NAF's se transformaram em Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, um equipamento da Proteção Social Básica que tem por objetivo principal a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e a gestão do território incluindo a rede pública e privada. Com os avanços das discussões acerca das responsabilidades dessa política na promoção da integração ao mercado de trabalho e a intersectorialidade com outras políticas públicas, foram surgindo novas alternativas de ação.

Contudo, formatar uma rede intersectorial que corresponda à necessidade de produzir um caráter de integralidade às ações socioassistenciais não deve prescindir do entendimento e da apropriação do conceito de intersectorialidade⁶. A complexidade das demandas que tem rebatido para as políticas sociais, mais especificamente voltadas para a assistência social, tem colocado, no cotidiano dos profissionais e gestores, o desafio de integrar ações no intento de tornar complementares, eficientes e eficazes as intervenções.

O Plano Brasil Sem Miséria – PBSM⁷ foi um importante indutor no sentido da concretização de iniciativas voltadas à promoção da inclusão social e produtiva da população em situação de extrema pobreza. Teve por escopo superar a pobreza extrema em todo território nacional por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações para inclusão dessa população. O PBSM se organizou em três eixos: acesso a serviços, garantia de renda e inclusão produtiva. Uma das frentes de participação da política de assistência social, no referido plano, se deu por meio do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho⁸, um programa de promoção da mobilização e do acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, bem como da expectativa da construção da sua autonomia e emancipação.

O ACESSUAS Trabalho no Estado do Rio de Janeiro é desenvolvido pelos municípios, com recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e complementado por meio dos governos estaduais e municipais, para a promoção do acesso do público da assistência social ao mundo do trabalho, através de articulações, encaminhamento e acompanhamento dos usuários. Dos 92 (noventa e dois) municípios do estado, 32 (trinta e dois) aderiram ao programa. O processo de adesão

⁶ Para Inojosa (2001) a intersectorialidade supõe a complementariedade entre os setores. Nessa direção, a intersectorialidade concorre para a superação da fragmentação das políticas públicas (Junqueira, 1998).

⁷ O Brasil Sem Miséria se constitui um plano de metas do Estado com objetivos voltados à garantia de renda, garantia do acesso à saúde, à alimentação adequada, à água, à educação e qualificação profissional, o acesso ao crédito; enfim, ao fim da extrema pobreza, suas especificidades e multidimensionalidades, tendo a renda como principal indicador da exclusão.

⁸ Portaria nº 143 do Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.

teve por principal critério a anuência ao PRONATEC⁹/Brasil Sem Miséria, com pactuação mínima de 120 (cento e vinte) vagas. Essa iniciativa do Ministério da Educação para ampliação das oportunidades educacionais e de formação profissional atende especialmente ao público beneficiário de programas de transferência de renda da política de assistência social.

A assistência social tem o papel de ofertar ações que viabilizem a promoção do protagonismo dos usuários bem como a mediação do acesso ao mundo do trabalho com a construção de estratégias coletivas. A integração ao mundo do trabalho é assim resultado de ações de articulação intersectorial abrangendo diversas políticas públicas. Esse público é formado por famílias referenciadas e acompanhadas pelas equipes técnicas nos respectivos equipamentos CRAS, nas suas mais variadas situações de vulnerabilidade, e por meio da articulação com as demais políticas públicas, visando a atender às demandas apresentadas.

Importante lembrar que o uso do termo “mercado de trabalho” vem sendo substituído pelo termo “mundo do trabalho”, visto ser esta uma categoria mais ampla, englobando “atividades de trabalho, meio ambiente, conhecimentos instituídos e conhecimentos investidos, cultura e processos comunicacionais” (Figaro, 2008, p.100). Se na Constituição de 1988 e na LOAS, o termo utilizado foi “mercado de trabalho”, a Resolução nº 33/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social/ CNAS estabelece, em seu Art. 1º, que “Para efeito desta resolução fica estabelecido que a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social deve ser entendida como integração ao ‘mundo do trabalho’, sendo este um conceito mais amplo e adequado aos desafios da política de assistência social”.

O Programa ACESSUAS Trabalho desempenha esse papel no âmbito desta política:

“O acesso ao mundo do trabalho não é responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas resultado de uma intervenção intersectorial e da articulação de políticas comprometidas com a qualificação técnico-profissional, a intermediação pública de mão-de-obra, a economia solidária, o microcrédito produtivo e orientado, o acesso a direitos sociais, entre outras.” (Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, p.5).

Dessa forma, ganha expressão a importância da intersectorialidade. Segundo Maciel, “Apesar das inúmeras regulações que vem dando desenho à assistência social, ainda há grande dificuldade da mesma delimitar seu campo específico de atuação em relação a algumas políticas” (2014, p.43). De acordo com a autora, a oferta de cursos (manicure, cabelereiro, corte e costura, dentre outros), apesar de mostrar um compromisso com a população, mostra também uma dificuldade de articulação com as políticas responsáveis pela qualificação profissional (2014).

⁹ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), programa criado pelo governo federal, por meio da Lei 12.513/2011.

Se por um lado, não é atribuição da assistência social ofertar cursos para promover a integração de seus usuários ao mercado do trabalho, por outro lado, realizar ações intersetoriais é um desafio. A intersetorialidade é uma nova lógica de construção e operação das políticas públicas. Diante disso, é necessário compreensão e intencionalidade dos profissionais que atuam nesses serviços de referência e um movimento permanente de sensibilização, inclusive de conjunturas políticas. Além disso, é importante a apropriação do território em que se atua, a fim de que as estratégias a serem definidas na perspectiva da inserção produtiva correspondam aos objetivos traçados.

Ribeiro (2014) chama atenção para a importância de se pensar a questão do território ao tratar a temática da inclusão produtiva, por observar que, dependendo do local em que a pessoa resida, ela terá mais chances de conseguir determinados trabalhos. Segundo o autor, isso pode ocorrer por vários motivos, como por questões de acesso; pelo contexto social do bairro de residência; pela existência ou não de instituições que ofereçam cursos à população; pela forma como o território é reconhecido socialmente; pela rede de relações que as pessoas possam ter fora do bairro onde residem.

As políticas públicas de assistência social estão entrecruzadas com a temática do território, visto que é a partir deste que se organiza, tanto com relação aos entes federados, quanto com relação a regiões em que há maior vulnerabilidade e risco social, conforme estabelece a LOAS. Ademais, os CRAS do estado do Rio de Janeiro devem realizar “a gestão do território identificando os serviços nos seus territórios de abrangência, articulando a rede de proteção social” (artigo 6º da Resolução CIB¹⁰ nº 12/2011), o que implica identificar famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e articular a rede de serviços.

De acordo com o Instrumental Metodológico – Sistema Único de Assistência Social (SEASDH, 2011), “trabalhar com famílias é trabalhar com uma rede de vínculos dentro de um contexto sociocultural. É trabalhar no binômio família/território” (p.20). Assim, o acompanhamento com as famílias deve prevenir situações de risco com famílias do território de abrangência do CRAS, articulando ações conjuntas e interlocução com outras políticas públicas (educação, saúde, trabalho, cultura, esportes, etc.) e, assim, a rede de proteção social nos territórios de sua competência.

O panorama da política de assistência social configura significativos avanços, em se tratando da promoção da integração ao mundo do trabalho, ao incorporar a perspectiva da intersetorialidade na construção de uma rede de serviços e na inclusão do público beneficiário ao mundo do trabalho. Desta forma, reafirma o seu papel de uma política integradora, que visa à garantia dos direitos sociais, reconhecendo os usuários como sujeito de direitos.

A inclusão produtiva se apresenta hoje como um dos maiores desafios da assistência social, se considerarmos que, de fato, é possível trabalhar na perspectiva da consolidação desses processos como a “porta de saída” dessa política e, por consequência, atribuímos à inclusão produtiva a importância que realmente tem.

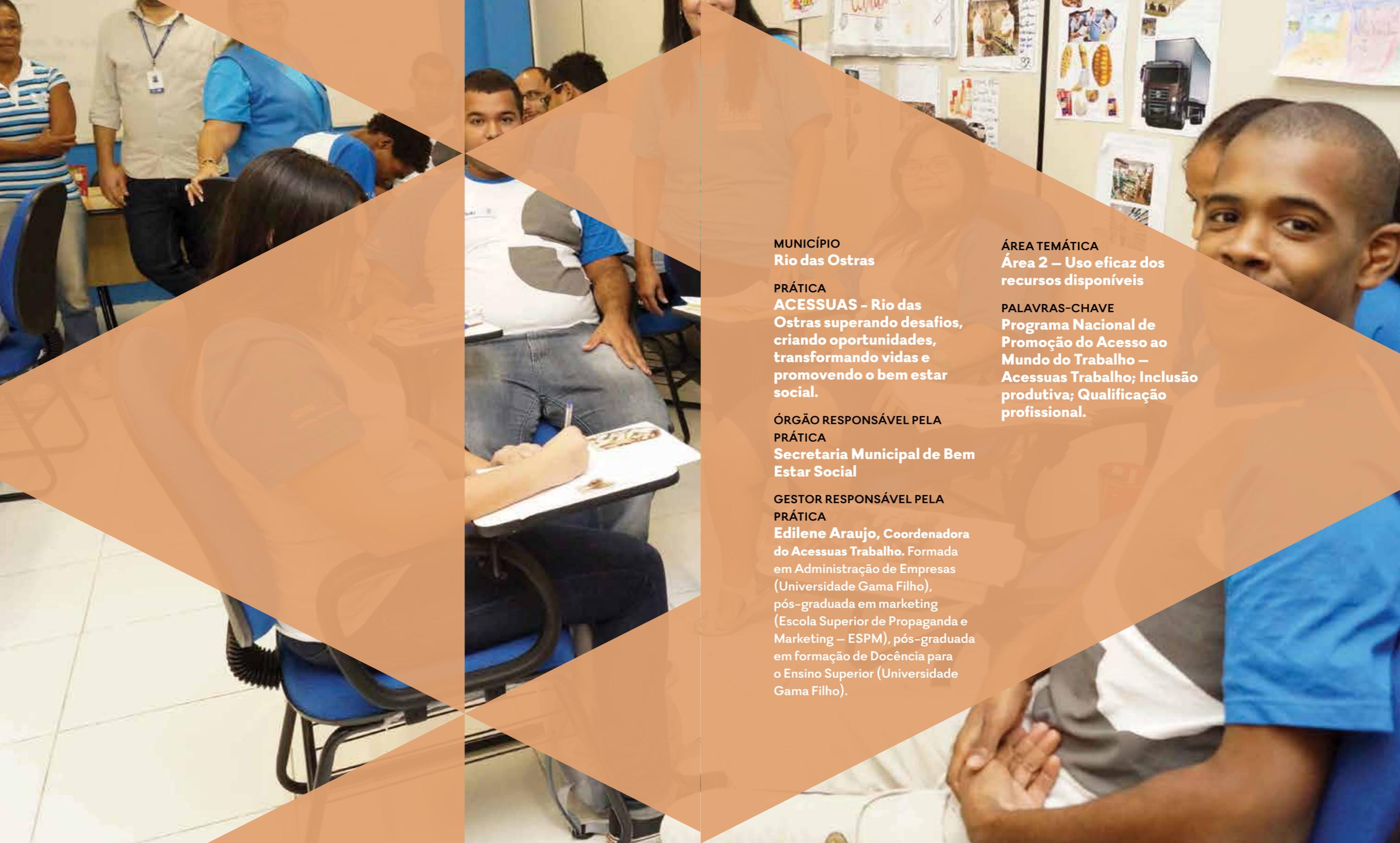
10 Comissão Intergestores Bipartite

A integração dos serviços e benefícios socioassistenciais na superação das situações de pobreza e extrema pobreza não contempla as necessidades de inclusão social e econômica dos seus usuários. É necessário investir no aprimoramento e na qualificação dessas intervenções e nas pactuações junto às demais políticas públicas, compreender a complexidade das questões sociais e buscar respostas que tenham correspondência com um projeto político transformador pautado pela ideia do desenvolvimento social.

Por fim, cabe ressaltar que o trabalho não tem apenas uma importância econômica ou de subsistência, pois este também carrega valorizações sociais, que podem afetar na autoestima e na inclusão social dos indivíduos. Diante disso, está posto o desafio de definições de estratégias inclusivas que deem conta de promover a autonomia e a emancipação do público alvo da assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993. BRASIL.
- FIGARO, Roseli. “O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados”. Revista Organicom, Ano 5, número 9, segundo semestre de 2008.
- INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. In: Cadernos Fundap, n.22, 2001.
- JUNQUEIRA, L.A.P. Descentralização e Intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 32, 1998.
- MESQUITA, Heloísa “Assistência Social e o Mundo do Trabalho. Programa Acessuas Trabalho e o Pronatec: Qual o limite e a Responsabilidade da Assistência Social?” In: Assistência Social e Inclusão Produtiva. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2014.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social- PNAS. Resolução nº 145 / 2004.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas para o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.
- RIBEIRO, Marcelo Gomes. “Pesar o Território para Elaborar Políticas Públicas de Inclusão Produtiva” In: Assistência Social e Inclusão Produtiva. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2014.
- SEASDH. Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social: Uma proposta de Metodologia para o Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011a.
- SEASDH. Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Instrumental Metodológico – Sistema Único de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2011b.
- SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. “Assistência Social e Inclusão Produtiva: Algumas Indagações” In: Assistência Social e Inclusão Produtiva. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2014.



MUNICÍPIO
Rio das Ostras

PRÁTICA
ACESSUAS - Rio das Ostras superando desafios, criando oportunidades, transformando vidas e promovendo o bem estar social.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Secretaria Municipal de Bem Estar Social

GESTOR RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Edilene Araujo, Coordenadora do Acessuas Trabalho. Formada em Administração de Empresas (Universidade Gama Filho), pós-graduada em marketing (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM), pós-graduada em formação de Docência para o Ensino Superior (Universidade Gama Filho).

ÁREA TEMÁTICA
Área 2 – Uso eficaz dos recursos disponíveis

PALAVRAS-CHAVE
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho; Inclusão produtiva; Qualificação profissional.

1. 1- Contextualização do município e da equipe técnica do projeto

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita R\$	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Famílias Pobres (Perfil CadÚnico)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil CadÚnico)/ População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,773	0,53	121.799	3,24%	7.107	7%	105.676

b. Estrutura e equipe técnica

A prática é implementada pela equipe do Acessuas Trabalho, que está subordinada à Coordenação de Serviços e Programas de Atenção Básica e Especial, que, por sua vez, está subordinada à Secretaria de Bem-Estar Social. O gestor é exclusivo para a coordenação do Acessuas Trabalho. A equipe é composta por três pessoas: uma coordenadora, de nível superior, e dois técnicos, um de nível superior e um de nível médio, sendo que todos participam da prática. A equipe se reúne semanalmente para monitorar e consolidar o trabalho realizado pela equipe. O gestor responsável está no projeto desde janeiro 2014.

c. Público-alvo

O público-alvo é formado por pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, com idade mínima de 16 anos, usuários de programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais tais como: famílias e indivíduos com perfil do Plano Brasil Sem Miséria; pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); pessoas inscritas no

Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico); beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); mulheres vítimas de violência.

d. Objetivos

Promover a integração dos usuários dos serviços de Assistência Social do Município de Rio das Ostras ao mundo do trabalho, a partir da mobilização e do encaminhamento dos assistidos para cursos e ações de qualificação profissional e de inclusão produtiva, visando à ampliação de direitos e acesso às oportunidades, na perspectiva da construção de sua autonomia, emancipação e resiliência. Colaborar com o Acessuas Trabalho, um projeto nacional que contempla o combate às desigualdades sociais e o acesso a empregos, renda e principalmente à educação.

e. Antecedentes e delimitação do problema

No município, há baixa inserção das pessoas em situação de pobreza no mercado de trabalho devido à instrução formal escassa e ausência de qualificação profissional, características frequentemente



observadas nesta camada da população. Dessa forma, um dos problemas enfrentados pelo município é a indisponibilidade de postos de trabalho para pessoas com o perfil descrito anteriormente, e ausência de mão de obra qualificada para preencher as vagas de trabalho oferecidas no município.

O problema, suas causas e consequências foram detectados por meio de levantamento feito nos equipamentos sociais do município e apuração de dados estatísticos em fontes oficiais como o Cadastro Único.

A prática está sendo implementada desde janeiro de 2014, após a adesão do município ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS/TRABALHO, instituído pelo CNAS nº18/2012.

2 – Estratégias de implementação

Grande parte da população demanda do município programas de qualificação que lhe permita aspirar uma colocação na indústria do petróleo ou em empresas da economia tradicional – indústria, comércio e serviços. As ações desenvolvidas incluem intensa mobilização, a qualificação da população, o estímulo a micro e pequenos empreendedores, artesãos e comerciantes autônomos. O desafio especial foi desenvolver este projeto em meio às dificuldades decorrentes da crise econômica e que atingiu de forma especial e súbita cidades como Rio das Ostras, que tinham nos royalties do petróleo a sua principal fonte de recursos. É neste contexto que o município desenvolve o ACESSUAS TRABALHO.

Neste sentido, Rio das Ostras desenvolveu um planejamento estratégico que considerou as carê-

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

cias do público-alvo e as oportunidades proporcionadas pela parceria como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM) e com os ofertantes de capacitação em programas de gratuidade. O processo se baseia numa rotina que considera a vocação econômica do município, o déficit de mão de obra e as necessidades decorrentes desta vocação, o perfil dos munícipes participantes do programa, as entidades envolvidas, os procedimentos estabelecidos e as oportunidades oferecidas, sejam cursos de formação ou oportunidades ofertadas pelo mercado. O programa visa a explorar as oportunidades proporcionadas pela participação no programa PRONATEC/BSM e pela aproximação com parceiros – empresas e entidades do Sistema “S”, principalmente e também, como já mencionado, com os ofertantes de capacitação em sistema de gratuidade. O programa tem a característica especial de ser destinado à população de baixa renda.

A prática segue a Resolução CNAS nº18/2012 que institui o Programa ACESSUAS e a Lei Nº 12.513, de 26 de novembro de 2011 que institui o PRONATEC.

Mediante as dificuldades enfrentadas com poucas ofertas de cursos pelo Programa PRONATEC, a partir de 2015, a coordenação não hesitou em cumprir os quesitos do Programa ACESSUAS Trabalho, utilizando-se de articulação e parcerias com Unidades Ofertantes de cursos do Sistema “S” que oferecem ações de formação e qualificação profissional. Realizado o Mapa de oportunidades, construído a partir do conhecimento do território e da identificação do perfil do usuário, fizemos um levantamento de cursos ofertados que fossem na modalidade Gratuidade, a fim de suprir a grande demanda existente em nosso cadastro de usuários sem fonte de renda, necessitando de qualificação profissional, para oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. Neste contexto, foram realizados vários contatos com

as instituições, visitas locais, a fim de conquistarmos novas oportunidades de cursos. Uma vez que parcerias já haviam sido feitas em outras ocasiões junto ao PRONATEC, com bons resultados. Foram pactuados os cursos e as vagas com os parceiros do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituto Federal Fluminense (IFF). Além disso, anualmente realizamos uma reunião para a qual são convidadas todas as secretarias do município com o objetivo de identificar as demandas do setor produtivo respectivo de cada secretaria para subsidiar a construção do Mapa de Demandas Identificadas (MDI), solicitado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e para que possam ser prospectados cursos nessas áreas.

Foi elaborado um kit de informações e orientações necessárias para inscrições nos cursos, contendo documentação necessária, os cursos pactuados



e locais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). São promovidas atividades de sensibilização e mobilizações em eventos, associações de moradores, reuniões de pais das creches, etc. Busca ativa em usuários do Bolsa família, dos programas de transferência de renda municipal e inscritos em projetos e programas sociais. Parceria com a Secretaria de Comunicação para elaboração de material de mídia como banners, folders, convites, identificação visual da sala do Departamento do ACESSUAS, placa de Identificação na porta. Divulgação dos cursos no jornal Oficial do Município, rádio local, web, rede de televisão local, matéria em jornais de grande circulação.

Existem várias estratégias de diálogo com o setor empresarial do município para o encaminhamento dos formandos, em especial a parceria com o Banco de Empregos, atualmente ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, assim como também diálogo com associação de comércio e indústria local. Implementamos inúmeras iniciativas para acesso aos postos de trabalho, como por exemplo a intermediação do técnico do ACESSUAS que, ao perceber as ofertas de emprego em algumas empresas locais como Oi, Hotel Vilarejo, Hortifruti, entre outros, visitou as empresas identificando-se como funcionário do ACESSUAS Trabalho da Prefeitura de Rio das Ostras, procurou saber das ofertas disponíveis e apresentou os cursos de qualificação realizados no Município. Ele ficou responsável por divulgar que vários alunos estavam em busca de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. O mesmo técnico ligou imediatamente para alguns alunos e ex-alunos para divulgar e informar as oportunidades de emprego.

Foram desenhadas planilhas e canais de comunicação para garantir o acompanhamento dos cursos e identificar entraves ou evasões por parte dos beneficiários. Ou seja, a equipe do ACESSUAS monitora

de perto a frequência dos alunos, com permanência constante no local de realização dos cursos, fazendo contato direto com o aluno que necessite de ajuda.

3- Investimentos realizados

a. Recursos recebidos

Origem	Valor (R\$)
Repasse do Governo Federal	2013 - R\$ 90.480,00
	2014 - R\$ 14.930,00
	2015 - R\$ 96.150,00
TOTAL	R\$ 201.560,00

b. Recursos executados

Origem	Valor (R\$)
Repasse do Governo Federal	2014 - R\$ 61.230,32
	2015 - R\$ 76.734,71
TOTAL EXECUTADO	R\$ 137.965,03
DIFERENÇA RECEBIDOS/EXECUTADO	R\$ 63.594,97

c. Detalhamento da aplicação de recursos

Natureza	Contratação de 03 profissionais
Origem do recurso	Federal
Valor (R\$)	137.965,03
Percentual (%)	

Além dos recursos federais, o município de Rio das Ostras é o provedor de espaço físico e infraestrutura material, tecnológica, transporte e divulgação.

4 - Resultados

504 alunos foram beneficiados pela prática nos anos de 2014 e 2015. Além disso, 22 cursos foram realizados no município neste período em diversas áreas. Destacamos ainda que, em 2015, realizamos 7 cursos na modalidade Gratuidade com os ofertantes SENAI (Macaé) e SESC (Nova Friburgo). Entre os beneficiários, todos têm perfil CadÚnico.

Uma pesquisa de avaliação realizada no segundo semestre de 2015 identificou que entre os participantes do programa Acessuas:

- 34% empregados em curso realizado
- 15% mercado informal
- 7% contratos de trabalho
- 5% autônomos
- 9% desempregados
- 30% não participaram da pesquisa

5 - Lições aprendidas

Acreditamos que os resultados que temos obtido sejam consequência da abordagem que definimos para implementar esta prática:

Trabalho em rede, facilitando a gestão do programa e a comunicação e interação entre os diversos parceiros envolvidos como: Secretarias, órgãos internos à SEMBES tais como os CRAS; órgãos externos à nossa Secretaria, como o Banco de Empregos; empresas ofertantes de postos de trabalho; entidades que podem oferecer cursos GRATUITOS tais como SENAI, SESC, além das que participam do PRONATEC;

Procedimentos operacionais simples e eficientes utilizando a microinformática, otimizando o tempo de organização de dados dos beneficiários e proporcionando agilidade para formação de turmas por meio de uma ferramenta acessível a qualquer município, e de fácil uso;

Trabalho intenso de atração, motivação e orientação comportamental dos beneficiários, o que é fundamental para o engajamento dos mesmos nas capacitações e aumento de sua autoestima.

Interação da Secretária de Bem-Estar Social, da coordenadora do projeto e da equipe com os todos os atores envolvidos, seja para a busca de postos de trabalho, seja para agregar municípios em cursos disponibilizados para outras secretarias ou para negociar gratuidades com entidades tais como SENAI, SENAC, SESC, SENAR, SENAT, o que proporciona um rápido acesso às informações e melhor aproveitamento das mesmas;

Motivação e o consequente envolvimento da equipe o que resulta em intensa proatividade;

Processos que consideram a vocação econômica do município e o déficit de mão de obra decorrente desta vocação, o que faz com que os capacitados sejam mais bem aproveitados pelo mercado de trabalho local.

MUNICÍPIO
Rio de Janeiro

PRÁTICA
ACESSUAS TRABALHO – Democratização do acesso às oportunidades do mundo do trabalho.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/ SMDS.

GESTOR RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Vânia Souza da Silva, Gerente de Qualificação Profissional.
Assistente Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ),
Mestre em Administração Pública (Fundação Getúlio Vargas - FGV).

ÁREA TEMÁTICA
Área 2 – Uso eficaz dos recursos disponíveis

PALAVRAS-CHAVE
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS; Programa de gratuidade; Oportunidade; Capacitação; Empreendedorismo; Intermediação da mão de obra; Mundo do trabalho; Proteção social.

1. Contextualização da prática

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita (R\$)	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)/População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,779	0,62	43.941	2,62%	458.625	7%	6.320.446

b. Estrutura e equipe técnica

A equipe gestora está situada na Gerência de Qualificação Profissional da Subsecretaria de Inclusão Produtiva da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). A SMDS possui 05 Subsecretarias: Inclusão Produtiva, Proteção Básica, Proteção Especial, Direitos Humanos e de Gestão. Atualmente o Programa conta com 27 profissionais envolvidos diretamente na execução do Acessuas: 01 gestor responsável, 01 coordenador, 01 assistente social, 01 pedagoga, 03 supervisores, 19 agentes de inclusão produtiva e 01 motorista.

c. Público-alvo

O público prioritário é o atendido pela rede de assistência social, como as famílias beneficiárias do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), usuários cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico) e Bolsa Família, com idade entre 16 e 59 anos da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2015, a partir da articulação institucional com as secretarias de Educação (estadual e municipal), passou-se a fazer a orientação também nas turmas de jovens e adultos da rede municipal e do ensino

médio da rede estadual, aumentando o foco da ação na mobilização de jovens.

d. Objetivos

Mobilizar os usuários da rede de assistência social para as oportunidades do mundo do trabalho na Cidade do Rio de Janeiro, orientando-os quanto ao acesso à qualificação profissional, jovem aprendiz, pré-vestibulares comunitários, cursos e palestras sobre empreendedorismo, intermediação ao emprego, encaminhamento para legalização no Super Simples ou como Microempreendedor Individual, dentre outros. O foco é alcançar a população alijada do conhecimento sobre a oferta de políticas e ações públicas voltadas à geração de emprego, trabalho e renda, potencializando as possibilidades de autonomia e emancipação das famílias contatadas.

e. Antecedentes e delimitação do problema

Há um desconhecimento, por parte da população em situação de vulnerabilidade social, das políticas relacionadas ao mundo do trabalho e dos ca-

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).



minhos para conhecê-las. A passividade histórica do Estado na publicização das ações e políticas públicas, de inserção no mundo do trabalho, associada à enorme assimetria de acesso à informação é um agravante do problema. Quanto mais vulnerável uma pessoa está, tanto menor seu acesso à informação, em geral. Como consequência, há um processo de exclusão perpetuado por desconhecimento das políticas relacionadas ao mundo do trabalho e dos caminhos para conhecê-las. A prática foi iniciada em 2013.

2- Estratégias de implementação

Iniciada em 2013, a prática oferece à população carioca, usuária da assistência, informações e orientações sobre oportunidades do mundo do trabalho. Até 2014, era executada com recursos próprios e a divulgação era realizada pelas equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS). Desde 2015, é executada em convênio com a ONG Viva Rio. Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/SMDS, o Acessuas é acompanhado pela Gerência de Qualificação Profissional da Subsecretaria de Inclusão Produtiva/SUBIP. A SUBIP foi criada pelo decreto municipal nº 36.800 de 26/02/2013 e visa mobilizar capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação socioprofissional, cidadã e ético-política. Outro objetivo da SUBIP é viabilizar investimentos em capital para facilitar o acesso aos meios de produção e assistência técnica, possibilitando, assim, a geração de trabalho e renda como direito básico de cidadania.

O Programa Nacional de Promoção do acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) foi instituído pela Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social CNAS nº18, de 24 de maio de 2012. Em 2014, a SMDS tornou público processo para selecionar uma instituição sem fins lucrativos para desenvolver as ações do programa. Em junho de 2015, foi assinado convênio de 02 anos com a ONG Viva Rio.

A Gerência de Qualificação Profissional, responsável pela gestão do Acessuas está em constante interlocução com os gestores das outras pastas para otimizar o trabalho do Acessuas, especialmente com os responsáveis pelas Proteções Bá-

sica e Especial, em função do trabalho que é realizado nos CRAS e CREAS. O gestor atual é responsável pelo programa desde junho de 2014 e também articula outras atividades e projetos para promover e apoiar ações de qualificação e formação profissional.

Em 2015, iniciou-se uma parceria institucional com a Educação, que surgiu da necessidade de ampliarmos o trabalho com jovens em nosso território. Foram elaboradas cartas de apresentação do programa aos gestores responsáveis pelas secretarias Municipal e Estadual de Educação e agendadas reuniões para alinhar a proposta e discutir a operacionalização do trabalho nas escolas. Na prática, atuamos mobilizando, orientando e sensibilizando os jovens e adultos que cursam o ensino fundamental nas escolas municipais e os jovens do ensino médio das escolas estaduais.

Mesmo antes da redução do número de vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a equipe do Acessuas já atuava com uma visão mais abrangente sobre as oportunidades que deveriam ser captadas e oferecidas à população. Um dos supervisores é responsável por mapear novas instituições a serem visitadas, assim como as oportunidades semanais a serem divulgadas. De posse das oportunidades, são confeccionados folhetos explicativos que são distribuídos à população. Além disso, os agentes dispõem desse material de divulgação em Power-Point em pen drive, pois em alguns locais dispomos de recursos audiovisuais para reproduzir a apresentação para a população usuária que, dessa forma, fica mais bem informada. Para os locais em que não há essa disponibilidade, foram confeccionados banners, por serviço, com um resumo por oportunidade, com o intuito de também facilitar a absorção das informações.

No que se refere ao tipo de oportunidade ofere-

cida, além dos cursos de qualificação profissional, temos centrado esforços na divulgação do Jovem Aprendiz e Empreendedorismo. O acesso a cursos e palestras sobre empreendedorismo é uma das frentes realizadas pela SMDS há mais de 10 anos e, nesse momento de recessão econômica e desemprego e devido à baixa escolaridade do público-alvo atendido, se coloca como alternativa real para a geração de renda.

Um dos desafios foi romper com a ideia de que o Acessuas deveria estar focado nas campanhas de mobilização organizadas em dias, horários e locais preestabelecidos, pois, embora essa seja uma estratégia válida e importante, possui entraves relacionados ao acesso amplo da população às informações: quem não comparece à campanha não tem acesso às oportunidades? Com a ampliação do programa para outras redes de atendimento verifica-se que o processo de democratização irrestrito e a capilaridade das ações têm permitido ao mesmo tempo o reconhecimento tanto na rede socioassistencial, quanto com outros interlocutores institucionais, como as secretarias municipal e estadual de educação.

Um dos desafios superados pelo Acessuas no Rio de Janeiro foi o de ampliar o acesso às oportunidades do mundo do trabalho para além dos cursos de qualificação profissional, notadamente PRONATEC. Há oferta de diversas ações públicas que impactam na geração de emprego, trabalho e renda, e o incentivo à amplitude desse olhar significa potencializar as chances de romper com o círculo vicioso da pobreza. Há de se destacar a existência da Subsecretaria de Inclusão Produtiva como estratégia inovadora na política de assistência social brasileira, pois atua como gestora e indutora dos processos de inclusão produtiva da população-alvo da assistência; e de suas Gerências de Qualificação Profissional e de Empreendedorismo, que



potencializam o atendimento e a cobertura dos usuários aos serviços divulgados pelo Acessuas. O conceito de inclusão produtiva inclui estratégias voltadas para a geração de emprego, trabalho e renda, visando fortalecer o protagonismo das famílias atendidas na rede da assistência social, de forma a superar as condições de vulnerabilidade em que se encontram e garantir a segurança de rendimento, com o objetivo ímpar de que os usuários possam alcançar autonomia, em um processo emancipatório.

A Subsecretaria de Inclusão Produtiva (SUBIP) constitui-se, portanto, em um setor inovador no âmbito da Assistência Social brasileira, pois contribui para o equacionamento das vulnerabilidades sociais dos cidadãos atendidos pelas proteções sociais básica e especial, com foco na promoção de projetos que viabilizem a inserção cidadã no mundo do trabalho. O Acessuas vem permitindo potencializar a divulgação dos projetos e ações desenvolvidos pela SUBIP e pelos parceiros, assim como vem incrementando a elaboração de novas

propostas para a SUBIP, vis a vis a demanda colocada pelo público-alvo atendido. Nesse sentido, o Projeto da Agência Carioca de Inclusão Produtiva foi elaborado com o intuito de organizar e ampliar a inserção dos usuários da assistência no mercado formal de trabalho por meio da intermediação estruturada com empresas e organizações de fins econômicos. Essa é uma demanda recorrente feita aos Agentes de Inclusão Produtiva durante as mobilizações e, desta forma, foi agendada a primeira feira de empregabilidade para o início de março de 2016, realizada em parceria com empresas. Está garantida a ocupação de mais de 100 vagas de emprego em um único dia, especificamente para o público atendido pela SMDS.

A supervisão do trabalho dos Agentes de Inclusão Produtiva (AIP) é feita sistematicamente, pois contamos com um veículo para facilitar a locomoção e um supervisor para fazer o acompanhamento qualitativo e resolver possíveis pendências e entraves do dia a dia do trabalho. Semanalmente, a equipe de coordenação se reúne para avaliar e alinhar as estratégias e, também, a equipe de coordenação se reúne com os AIP para estruturar e aperfeiçoar o trabalho em campo.

3 - Investimentos realizados

Até meados de 2015 o ACESSUAS foi executado com recursos humanos e materiais próprios do Município. Com a assinatura do convênio com a Ong Viva Rio, em junho de 2015, tem sido possível utilizar os recursos federais que foram disponibilizados pela União para a execução do Programa e aumentar sua escala de atendimento, cuja previsão orçamentária é de aproximadamente 740 mil reais por ano, mas a despesa executada tem sido em média de 45 mil reais/mês. Os gastos com pessoal vem girando em torno de 55% do total e os gastos com

transporte representam cerca de 13%. A utilização desses recursos tem permitido otimizar o trabalho que era realizado somente pelas equipes dos CRAS e CREAS. Com equipe própria tem sido possível ampliar a capilaridade do Programa em termos de números de mobilizados, instituições parceiras intra e intersetoriais, entre outros.

4- Resultados

Desde sua criação, em 2013, mais de 650 alunos concluíram cursos de empreendedorismo, mais de 2.500 pessoas foram capacitadas em cursos de qualificação (desses, pelo menos 72% são beneficiários do Programa Bolsa Família) e mais de 500 usuários foram inseridos no mercado formal de trabalho, resultados esses obtidos por ações executadas diretamente pela SUBIP.

Ano	Cursos de empreendedorismo	Capacitadas em cursos de qualificação	Inseridos no mercado formal de trabalho
2013	90	392	196
2014	89	2.048	155
2015	507	221	165
TOTAL	686	2.661	516

5 - Lições aprendidas

Um dos méritos do Acessuas é romper com a passividade histórica do Estado na publicização das ações e políticas públicas, pois, no geral, a população via seu processo de exclusão perpetuado por desconhecimento das políticas relacionadas ao mundo do trabalho e dos caminhos para co-

nhecê-las. Através do programa, o servidor público alcança a população que mais necessita e a informa sobre as oportunidades disponíveis, esclarecendo o passo a passo para acessá-las.

Em uma metrópole como o Rio de Janeiro, essa proatividade em relação à democratização da informação é fundamental, porque o poder público não possui o controle sobre os meios de comunicação, que possibilitaria ampla divulgação. E, no mais, o contato direto com a população permite sensibilizar, informar, tirar dúvidas, apontar caminhos, dentre outros, que somente o diálogo presencial permite.

A articulação institucional com as secretarias de Educação facilita o trabalho com grupos já organizados: as turmas; otimizando a utilização dos recursos dispendidos, como, por exemplo, para a realização das campanhas de mobilização que possuem menor alcance numérico, embora exijam um maior investimento técnico operativo para sua organização.

As equipes da SMDS incorporaram a importância do acesso ao mundo do trabalho para tentar equacionar a questão social e romper o ciclo histórico e perverso de exclusão social a que são submetidas inúmeras famílias na cidade. E, mais ainda, percebem e validam a importância de ir além da oferta de cursos de qualificação profissional, instruindo sobre acesso aos cursos de nível superior, enfatizando a importância dos pré-vestibulares comunitários e da inscrição no ENEM; do empreendedorismo como possibilidade real e eficaz para aumento da renda e garantia da segurança social; do jovem aprendiz; intermediação da mão de obra; dentre outros.

O conhecimento tácito desenvolvido na execução do ACESSUAS permite-nos inferir que as articulações intra e intersetoriais são essenciais para

garantir amplitude, capilaridade e sustentabilidade ao programa.

O monitoramento da trajetória dos mobilizados é um desafio para a Política de Assistência e não só para o Rio de Janeiro. Sendo uma metrópole, infere-se que o desafio em monitorar fica mais elevado. Além disso, os instrumentos utilizados pelas diversas instituições do mundo do trabalho não são unificados de forma a facilitar o cruzamento dos dados, tornando-se mais um dificultador.

Por último, porém não menos importante, cabe destacar os pontos fortes do Acessuas implantado na cidade do Rio de Janeiro:

- O processo de seleção, capacitação e formação continuada que permitiu construir uma equipe competente, coesa e alinhada com os propósitos e os processos de trabalho do Programa.

- A visão estratégica na concepção do programa; planejado para abarcar todos os componentes da inclusão produtiva, não só a qualificação profissional, mas, também, empreendedorismo, incentivo à formação universitária, inserção no mercado formal, entre outros;
- A reafirmação da Assistência Social enquanto política pública universal; pois as ações do ACESSUAS não se limitaram a atender somente quem já está inserido na rede socioassistencial, mas também houve a busca ativa de outros grupos prioritários para o programa, como, por exemplo, indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência do tráfico de drogas.
- Utilização eficiente da tecnologia; por exemplo, elaboração de um banco de dados e comunicação online de toda equipe, para resolução de problemas e atualização de informações sobre as oportunidades.



MUNICÍPIO
Macaé

PRÁTICA
Mobilizar e avançar com
ACESSUAS/PRONATEC-
BSM

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Social e
Direitos Humanos de Macaé
(SEMDS/DH)

GESTOR RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Clarissa Grijó, Coordenadora.
Formada em Serviço Social (UFF,
Campos) com especialização em
Gestão Pública de Assistência
Social e Saúde (Faculdade
Governador Ozanam Coelho -
NEZOFAGOC).

ÁREA TEMÁTICA
Área 2 – Uso eficaz dos
recursos disponíveis

PALAVRAS-CHAVE
Programa Nacional de
Promoção do Acesso ao
Mundo do Trabalho –
ACESSUAS; proteção
social; inclusão produtiva;
qualificação profissional;
combate à pobreza.

1. Contextualização da prática

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita (R\$)	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)/População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,764	0,56	85.462	2,97%	15.328	7%	206.728

b. Estrutura e equipe técnica

A equipe que implementa a prática faz parte do corpo técnico e administrativo da Subsecretaria de Desenvolvimento Social da SEMDS. São 04 pessoas diretamente envolvidas com a implementação da prática: (1 coordenador, comissionado, 1 administrativo, concursado, 1 articulador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), comissionado e 1 estagiário), sendo que o gestor se dedica exclusivamente ao Programa ACESSUAS-TRABALHO.

c. Público-alvo

O público-alvo é composto por usuários da assistência social, desde jovens de 16 anos até adultos com idade de 55 anos, em média.

d. Objetivos

Realizar ciclos de conversas com os usuários da política da assistência social nos mais diversos espaços, como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescen-

te (CRIAAD), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre outras, com o intuito de informar, orientar, explicar e estimular o ingresso e a permanência nos cursos de Formação Inicial e Continuada, de forma a contribuir para sua inserção no mercado de trabalho.

e. Antecedentes e delimitação do problema

Foi identificada uma baixa procura dos usuários da rede de assistência social aos cursos de qualificação profissional, o que teria ocorrido pela falta de informação acerca do programa e dos cursos existentes ofertados pelo PRONATEC/Brasil Sem Miséria (BMS). Em função dessa situação, verificou-se a falta de adesão dos usuários da rede de assistência social aos referidos cursos e a consequente diminuição das ofertas de cursos para o município. O gestor anterior vinha articulando, desde 2013, com a rede socioassistencial do município, meios de compreender como se dava o acesso dos usuários aos cursos de qualificação profissional oferecidos pelo PRONATEC/BSM. Em 2014, continuando essa pesquisa e após conversar com os coordena-

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

dores dos CRAS, CREAS, CRIAAD, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros equipamentos, foi possível constatar que poucos usuários tinham realizado os cursos – e os próprios coordenadores dos equipamentos não tinham informações claras sobre os cursos e de que forma funcionava o PRONATEC/BSM. Ocorria também que os equipamentos tinham pouco conhecimento do funcionamento do programa, uma vez que a assistência social não o executava. Percebeu-se, portanto, que tal problema era uma demanda reprimida, pois já tinha sido identificado antes da prática acontecer no município. A prática está em execução desde 2014.

2- Estratégias de implementação

Ao final do ano de 2013, através do ACESSUAS-TRABALHO/PRONATEC-BSM, a equipe da SEMDS/DH, compreendendo a importância da qualificação profissional como estratégia para inserção no mercado de trabalho, buscou realizar reuniões com os coordenadores dos equipamentos da assistência social da proteção básica e especial para pensar em como poderiam desenvolver ações que fortalecessem o protagonismo dos usuários e sua participação junto aos cursos e nos próprios equipamentos. Foi a partir desse momento que a equipe começou a desenvolver a sistematização do trabalho. Antes do Acessuas Trabalho, acredita-se que não existia um trabalho sistematizado voltado para a qualificação profissional dos usuários das políticas de assistência social. Só após a implementação do Acessuas Trabalho, a equipe pôde mapear essas demandas para justamente compreender as necessidades desse público, buscando trabalhar para contribuir com o acesso e a permanência deles nos cursos.

A Política de Assistência Social, por meio da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da

Assistência Social, em seu artigo 2º, inciso I, alínea c, prevê como um dos objetivos da Assistência Social a promoção da integração ao mercado de trabalho. Porém, a prática só se institucionaliza no município com a assinatura do termo de adesão aos Programas Acessuas Trabalho/PRONATEC-BSM no Município de Macaé, em 2013.

As parcerias com os CRAS, CREAS, CRIAAD, CENTRO POP, Pousada da Cidadania, UBS, Bolsa Família, Escolas, Associação de moradores, entre outros órgãos e setores, são de suma importância nesse processo de implementação da prática no Acessuas Trabalho. A relação dos equipamentos da Assistência Social e de outros setores é de criar uma rede entre esses diversos espaços, com o intuito de informar, orientar e explicar aos usuários desses equipamentos onde e como ingressar nos cursos, contribuindo para inserção no mercado de trabalho.

Para desenvolver a prática aqui exposta, a equipe do Acessuas/PRONATEC-BSM trabalhou na elaboração de uma cartilha, rica em recursos lúdicos e com uma linguagem simples e clara, com informações sobre o que é o Acessuas/PRONATEC-BSM, quem tem preferência nos cursos, o que era preciso para se inscrever, como realizar a inscrição e outras informações que a equipe entendeu serem pertinentes. Além da cartilha, foram criados vários recursos audiovisuais para que os encontros fossem dinâmicos. Os encontros, denominados na prática como “mobilização”, consistem em apresentações de vídeos através de Data Show com depoimentos de incentivo de personalidades atuais que estão a todo o momento em destaque na sociedade. Há também apresentação em PowerPoint com temas sobre os cursos mais procurados em Macaé e as principais áreas de atuação de cada curso. Foi elaborada também uma ficha de mobilização onde a equipe colhe os dados dos usuários e

onde pode conhecer um pouco mais a seu respeito, inclusive quais os cursos que mais desejam fazer. A partir desse levantamento é gerado um banco de dados, que é atualizado continuamente. Para finalizar o encontro, a equipe prepara um lanche como forma de integração entre os usuários e a equipe buscando propiciar um clima mais acolhedor nas mobilizações. As mobilizações acontecem durante o ano todo, com calendários estabelecidos conforme a disponibilidade das instituições ou setores da rede socioassistencial, os quais recebem a equipe do Acessuas/PRONATEC-BSM.

O monitoramento das informações e resultados vem sendo feito por meio da sistematização de um banco de dados, atualizado, mensalmente, com os dados coletados junto aos equipamentos da Política da Assistência do Município nos ciclos de conversas realizados durante as mobilizações. Foram criadas planilhas para garantir o acompanhamento dos cursos e identificar entraves e/ou evasões por parte dos usuários. Ao final de cada calendário mensal, a equipe gestora da prática monitora e avalia o que foi desenvolvido e os resultados. E, caso haja algumas observações e mudanças necessárias ao longo do processo, essas serão feitas e novamente serão monitoradas e avaliadas.

Para 2016, uma das metas é desenvolver uma parceria junto à Agência de Trabalho, educação profissional e renda de Macaé de forma mais efetiva, para que, após a qualificação, esses usuários sejam encaminhados diretamente para as vagas disponíveis no município.

3 - Investimentos realizados

O programa foi pactuado pelo Município de Macaé no final de 2013. Os recursos utilizados no final de 2013 e 2014 foram investimentos nos recursos

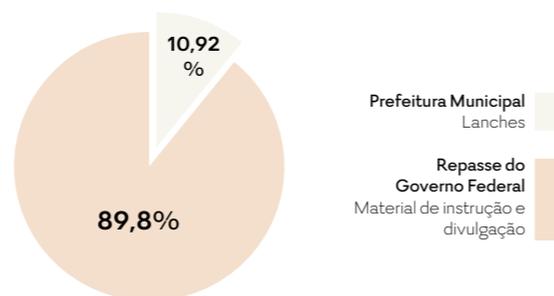
Humanos, recursos estes próprios da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Após a estruturação do programa em 2014 e a prática ser pensada, planejada e iniciada, em 2015, os recursos federais passam a ser investidos no programa e o município passou a disponibilizar recursos para pequenas despesas.

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)	Percentual (%)
	Ano 2015	
Prefeitura municipal	R\$ 1.718,58	10,92%
Repasse do Governo Federal	R\$14.014,80	89,08%
TOTAL	R\$ 15.733,38	100%

b. Detalhamento da aplicação de recursos

Natureza	Origem do recurso	Valor (R\$)	Percentual (%)
Lanche	Municipal	R\$ 1.718,58	10,92%
Material de instrução e divulgação	Federal	R\$ 14.014,80	89,08%
TOTAL		R\$ 15.733,38	100%



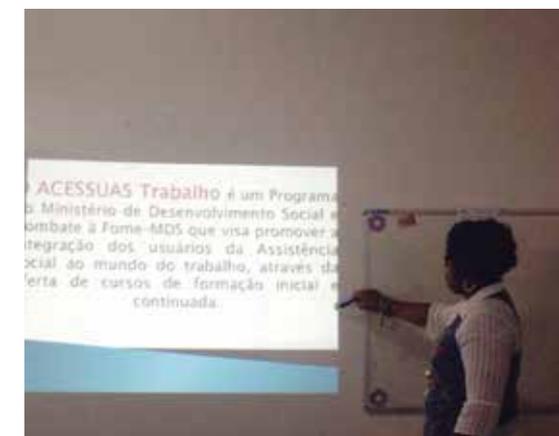
A dotação orçamentária inicial do município foi de R\$ 4.000,00, sendo executados R\$1.718,58, aproximadamente 11% dos recursos disponíveis. A dotação orçamentária inicial após a pactuação do município com o Governo Federal foi de R\$ 116.492,00 em 2013/2014 e R\$ 179.340,93 em 2015, sendo executados R\$14.014,80, aproximadamente 8% dos recursos disponíveis 2014/2015.

4- Resultados

Por compreender que ações voltadas à inclusão produtiva são de suma importância como estratégia de superação da extrema pobreza, a equipe do Acessuas Trabalho/PRONATEC-BSM come-

çou no ano 2014 um levantamento e uma análise dos usuários que estavam no banco de dados e concluíram os cursos e se de fato conseguiram se inserir no mercado de trabalho após realização dos cursos. Ainda está sendo feita a sistematização de tais informações, mas já é possível perceber um aumento na procura dos usuários pelos cursos e a inserção dos mesmos no mundo do trabalho.

Em 2014/2015, tínhamos em média 600 pessoas no banco de dados do programa e 350, em média, matriculados em cursos de diversas áreas. Em 2015/2016, 335 pessoas no banco de dados e 120 pessoas matriculadas em cursos ofertados pela rede municipal de educação profissional. Mais



de 1.000 pessoas foram mobilizadas através das ações de mobilização, sejam elas nas praças, nas rodas de conversas ou nos eventos realizado nos equipamentos da assistência social.

5 - Lições aprendidas

Ao longo da execução da prática, a equipe, através da roda de discussão/mobilização, tem percebido que não basta ter programas e projetos interessantes, é necessário que os usuários tenham acesso de fato às informações e aos serviços ofertados pelo poder público. É necessário, para o bom desenvolvimento do trabalho, que haja interação entre todos os setores que compõem a rede socioassistencial. A intersetorialidade faz toda a diferença no processo de execução das ações. A disponibilidade de recursos financeiros também é indispensável para realizar algumas ações, não bastando ter somente boas ideias ou mesmo planejamento.

Durante a implementação da prática a equipe vem observando maior procura dos usuários por cursos de qualificação profissional, maior participação dos equipamentos nesse processo de incentivo a qualificação profissional, maior participação dos usuários nas mobilizações, além de uma menor evasão dos mesmos nos cursos, uma vez que, a partir das ações, os usuários passaram a ter mais conhecimento sobre os cursos e as áreas de abrangência. Antes, os usuários faziam os cursos porque estavam disponíveis; hoje, os mesmos realizam os cursos por se identificarem com a área e por terem interesse real em se inserir no mercado de trabalho exercendo a profissão na qual se qualificaram.

MUNICÍPIO
Vassouras

PRÁTICA
Qualificação Profissional:
Uma Proposta Essencial
para Inserção ao Mercado de
Trabalho Formal e Informal

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Secretaria de Assistência
Social

GESTOR RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Ormezinda Maria Muniz
Ribeiro, Coordenadora do
Acessuas Trabalho. Assistente
Social, formada pela Universidade
do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ). Pós Graduação em
Serviço Social e Oncologia e Pós
Graduação em Saúde do Idoso.

ÁREA TEMÁTICA
Área 4 – Intermediação
efetiva ao mundo do
trabalho

PALAVRAS-CHAVE
Programa Nacional de
Promoção do Acesso
ao Mundo do Trabalho
– Acessuas Trabalho;
Qualificação profissional;
Inserção laboral

1. 1- Contextualização do município e da equipe técnica do projeto

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita (R\$)	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)/População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,714	0,52	20.579	4,47%	3.509	10%	34.410

b. Estrutura e equipe técnica

A prática é implementada pela coordenação do Acessuas Trabalho que está vinculada ao gabinete da Secretária de Assistência Social. A equipe diretamente envolvida na gestão da prática é composta por 03 (três) profissionais. Além da coordenadora que tem nível superior e é concursada, há dois profissionais de nível médio, comissionados. Um deles exerce a função de coordenação do Programa Bolsa Família e o outro desempenha funções administrativas.

c. Público alvo

O público alvo é composto por pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em geral, com a priorização de alguns perfis específicos. A focalização é feita para membros das famílias cadastradas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sobretudo para os jovens residentes nos conjuntos habitacionais do município e na área rural; e para pessoas em situação de desemprego e/ou em fase de solicitação ou recebimento de auxílio desemprego. Alguns beneficiários com esse

último perfil foram encaminhados à prática pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) local, que funcionou no município até 2015.

d. Objetivos

A prática tem como objetivo promover a qualificação profissional do público alvo citado. No que diz respeito aos jovens, o objetivo é contribuir para o acesso ao primeiro emprego. Em relação às pessoas em situação de desemprego e/ou recebimento de auxílio desemprego, o objetivo é aumentar a empregabilidade dessas pessoas por meio da capacitação profissional.

e. Antecedentes e delimitação do problema

O município possui 03 (três) CRAS, os quais, de acordo com o Registro Mensal de Atendimentos (RMA) de dezembro de 2015, acompanham 1.111 famílias. No período de implementação do programa, identificou-se, por meio de contatos com as equipes técnicas destes CRAS responsáveis pelo atendimento



e acompanhamento das famílias, que os munícipes em situação de vulnerabilidade social enfrentam uma grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho em função de sua baixa escolaridade e ausência de qualificação profissional. Em função disso, grande parcela dessa população vivia completamente dependente do assistencialismo ainda bastante presente no município. A prática foi implementada em fevereiro de 2014, após estabelecer parceria com uma das instituições do sistema Firjan – SENAI – Vassouras, perdurando até a atualidade.

2. Estratégias de implementação

A portaria MDS nº 143 de 05 de julho de 2012, dispõe sobre o Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO e, em conjunto com a Resolução nº

18 de 24 de maio de 2012, e a Lei nº 12.513, de 26 de novembro de 2011, constituem-se como a base para implantação do Programa no município. Assim, considerando o termo de aceite do Município para com o MDS em 2013, e as reuniões registradas em ata, firmando o compromisso com o SENAI, oficialmente o Programa foi implantado.

No primeiro momento do trabalho a coordenação do Acessuas Trabalho, entrou em contato por telefone ou por email, propôs reuniões com as possíveis unidades ofertantes do território: O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) de Engenheiro Paulo de Frontin e a Fundação de Amparo à Escola Técnica (FAETEC), para falar da política de qualificação profissional proposta pelo Acessuas Trabalho, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) Formação Inicial Continuada (FIC) e Brasil Sem Miséria (BSM). Esses parceiros mencionados foram selecionados pois, já havia um contato prévio com os mesmos.

Um segundo momento se pautou pela definição dos cursos a serem ofertados, considerando as características de ofertas de serviços do município. Entretanto, após já firmarmos parcerias, por problemas de ordem estrutural do Programa e que não estiveram ao alcance da Coordenação do Acessuas Trabalho, tanto o IFRJ quanto a FAETEC não puderam participar como unidades ofertantes para o município de Vassouras, ficando, portanto, somente o SENAI como unidade ofertante.

Em função disso, definiu-se em conjunto ofertar capacitações nas áreas específicas de atuação do SENAI local (alimentos, cervejaria). Além disso, foi identificado nos CRAS que a população em situação de vulnerabilidade muitas vezes não conseguia acesso ao mercado de trabalho por não ter habilidades mínimas de microinformática. Uma outra área em que se percebeu uma demanda reprimida

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

por profissionais qualificados foi a de meio ambiente, pois embora o próprio município possua uma secretaria de meio ambiente não existiam profissionais com uma qualificação mínima nessa área. Assim, foram solicitadas ao PRONATEC capacitações nessas duas áreas, que no primeiro semestre de 2014 não foram homologadas. Entretanto o SENAI ofereceu essas capacitações em sistema de gratuidade. Essas foram solicitadas novamente ao PRONATEC, tendo êxito no segundo semestre do mesmo ano.

Nas reuniões realizadas com as unidades ofertantes de cursos de qualificação profissional ficou pactuado o que caberia a cada instituição: a Secretaria de Assistência Social ficou responsável pela gestão do Programa, disponibilizando recursos humanos (criação de uma coordenação e corpo administrativo), tecnológicos e materiais, bem como toda a estrutura da secretaria. À unidade ofertante caberia a responsabilidade dos recursos humanos para administração dos cursos, a administração dos recursos materiais diretamente relacionados aos cursos e a ajuda de custo para os alunos. Além disso, a unidade ofertante se responsabilizou por intermediar o encaminhamento dos beneficiários ao mercado de trabalho, pois possui cadastro de empresas interessadas em absorver mão de obra qualificada.

A responsabilidade pela divulgação dos cursos ficou a cargo da Secretaria de Assistência Social, com a contribuição do SENAI, através de carro de som, e dos CRAS, bem como as pré-inscrições também feitas por estes espaços, com avaliação da coordenação, para serem enviadas para a inscrição definitiva realizadas pelo SENAI. Para os cursos homologados pelo PRONATEC/BSM, tanto as pré-inscrições, como as inscrições foram realizadas via Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Para os cursos de gratuidade a dinâmica era a mesma, porém com o sistema próprio da Instituição ofertante. Foram estabelecidas parcerias com as prin-

cipais Secretarias da Prefeitura, tais como Educação, Administração, Transporte e Saúde para a divulgação dos cursos. A atuação dessas secretarias não foi tão ativa quanto se esperava, mas essas articulações foram importantes para difundir o trabalho para além da Secretaria de Assistência Social.

Durante o período de realização dos cursos, o monitoramento dos alunos era feito pelo SENAI, através do profissional de Pedagogia, e encaminhado à coordenação do Acessuas Trabalho para que fosse tomada ciência e possíveis providências. Também foram realizadas reuniões mensais de monitoramento e avaliação dos cursos com o SENAI. Recentemente foram instituídas reuniões quinzenais de monitoramento do Programa entre a coordenação do Acessuas Trabalho e a secretária.

Não houve avaliação posterior ao término dos cursos. Porém, foi fundamental a entrada do SEBRAE, como convidado, para realização de palestra sobre trabalho formal, trabalho informal e empreendedorismo.

3. Investimentos realizados

No primeiro semestre de 2014, a homologação pelo MEC dos cursos solicitados se deu apenas para um deles. Então a equipe se reuniu com os representantes do SENAI para discutir quais estratégias seriam definidas. A decisão tomada seria a utilização do recurso dos CRAS, co-financiamento estadual e federal, através do uso de cartões de transporte como forma de acesso dos usuários aos cursos pela modalidade de gratuidade, e ao SENAI caberiam outros recursos materiais tais como uniforme e material didático. Além disso, foram mobilizados os recursos humanos da Secretaria de Assistência Social (a coordenação e os dois administrativos) para o processo de implementação do trabalho, bem como os recursos humanos da

unidade ofertante (um administrativo e uma pedagoga) e toda a equipe técnica dos CRAS, que foi essencial no processo de implementação do trabalho. A divulgação nos espaços da Secretaria foi através de atendimentos individuais na recepção, no espaço do PBF e por meio de cartazes. Portanto, a infraestrutura usada foi a da Secretaria de Assistência Social, do SENAI e dos espaços dos CRAS. Em outros momentos, com a oferta de gratuidade de vários cursos pela instituição ofertante, nos valem do recurso do ACESSUAS Trabalho (recurso federal) para usar também na divulgação e garantia do acesso dos usuários ao SENAI. Foi identificado que esses recursos podem ser utilizados no desenvolvimento desse trabalho, por considerar que as famílias ora beneficiadas seriam aquelas atendidas e acompanhadas pelas equipes técnicas dos CRAS.

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)
	Ano 1 2014
Prefeitura municipal – Recursos da Secretaria de Assistência Social	
Repasse do Governo Federal	R\$ 80.000,00
TOTAL	R\$ 80.000,00

b. Detalhamento da aplicação de recursos

Natureza	Origem do recurso	Valor (R\$)
Material de instrução e divulgação – banners e folders	Federal	Ainda em processo
Transporte	Federal	R\$ 7.900,00

4. Resultados

No primeiro ano de implementação, em 2014, no primeiro semestre foram ofertados três cursos, dos quais foram abertas 80 vagas (30 para o curso de Operador de Computador, 25 para Auxiliar de Fiscalização Ambiental e 25 para Pizzaiolo). Somente o de Pizzaiolo foi homologado pelo PRONATEC/BSM e os outros dois foram em modalidade de gratuidade. Desses, 72 concluíram, dentre eles 22 eram do Curso de Pizzaiolo.

No segundo semestre de 2014, dois cursos foram homologados pelo PRONATEC/BSM (operador de computador e auxiliar de fiscalização ambiental), com abertura de 50 vagas, dos quais 45 alunos concluíram. Além disso, foram disponibilizados mais três cursos, totalizando 75 vagas, na modalidade de gratuidade (Auxiliar administrativo, Programador WEB e Pizzaiolo).

Em 2015, nenhum curso foi homologado, porém foram disponibilizados pela instituição ofertante 08 cursos na modalidade gratuidade. Dentre os alunos inscritos, foi financiado o acesso aos cursos para 25 usuários da assistência social, dentro do perfil estabelecido pela Coordenação e pelos CRAS.

No primeiro semestre de 2014, quando foram ofertados os três primeiros cursos, (Pizzaiolo, Operador de Computador e Auxiliar de Fiscalização Ambiental) houve o cuidado de realizar pré-inscrições do público prioritário, já descrito anteriormente, enquanto se aguardava a homologação pelo MEC que ao final se deu para apenas um curso. Então a equipe se reuniu com a os representantes do SENAI, para discutir quais estratégias seriam definidas, já que as pré-inscrições se encontravam em andamento, para que a efetivação dos cursos propostos fosse garantida. Em função dessa reunião decidiu-se que a Instituição ofertante disponibilizaria os outros dois cursos em modalidade de gra-

tuidade e em contrapartida a Secretaria, por meio dos CRAS, garantiria o acesso dos beneficiários aos cursos. Os dois cursos ofertados naquele momento (Operador de Computador e Auxiliar de Fiscalização Ambiental), tinham vinte e cinco vagas já com as pré-inscrições efetivadas.

5. Lições aprendidas

Grandes desafios foram colocados no decorrer desse processo de trabalho. Dentre eles destacam-se os que se considerou como os mais relevantes.

Tudo era muito novo e por isto houve uma certa dificuldade das equipes técnicas dos CRAS em trabalhar com o usuário para a compreensão da importância de acesso ao espaço SENAI para qualificação profissional. Isto porque aquela população não se via dentro daquele espaço e era então preciso, nesse primeiro momento, trabalhar com a noção de pertencimento entre o usuário e o SENAI. A estratégia de fazer reuniões com as famílias nesses espaços dos CRAS foi fundamental para a superação deste problema.

Também há que se considerar o trabalho de visitas domiciliares nos conjuntos habitacionais no processo de divulgação dos cursos, que contribuiu no trabalho individual para a importância da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Além disso, as famílias são cadastradas e acompanhadas pelos CRAS, o que contribuiu para que mais pessoas tivessem conhecimento do Programa e da prática.

Foi identificado que o público da Política de Assistência Social é muito diferente do público com o qual a instituição ofertante costumava trabalhar, ou seja, havia que se considerar o novo perfil demandante do público da assistência para a ocupação desses novos espaços de educação. A dificuldade de entendimento da instituição ofertante (SENAI) quanto às exigências do Programa, que prioriza-

va o público da Assistência Social, necessitava ser discutida, uma vez que os usuários desta política não cumpriam com os pré-requisitos tradicionais dos cursos de qualificação profissional daquela instituição. Foi necessária uma estratégia de convencimento da instituição ofertante para realizar uma adaptação da proposta do PRONATEC/BSM que tornasse os cursos de capacitação acessíveis a esse público. Utilizou-se argumentos expressos nos objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social, como por exemplo, o papel da assistência social na promoção ao mundo do trabalho, bem como o uso da Portaria do MDS na definição do público prioritário, e o objetivo do PRONATEC/BSM.

Utilizar o SISTEC se mostrou um grande desafio, pois além do sistema estar sempre congestionado, o prazo para realização das pré-matriculas era muito limitado. Assim, foi necessário que a equipe da secretaria trabalhasse com uma carga horária mais extensa para viabilizar as pré-matriculas.

CAPÍTULO 3 INCLUSÃO PRODUTIVA, SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

ANDREA BELLO¹
WALDECK CARNEIRO²

Sob uma perspectiva dialética, podemos afirmar que a crise oferece os elementos para sua própria superação. Assim, um momento de crise econômica como este que vivemos no Brasil e, em especial, no Estado do Rio de Janeiro, é também um momento de oportunidades. Oportunidades, por exemplo, para se pensar novos modelos ou modelos alternativos de consumo e de desenvolvimento socioeconômico, sem deixar de considerar a sustentabilidade do ambiente.

Com efeito, muito antes de a classe média pensar em coleta seletiva, cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis já a praticavam como atividade econômica. Tais cooperativas e associações geravam postos de trabalho e renda para milhares de famílias. Na dificuldade, no “problema do lixo”, encontraram a oportunidade para sua sobrevivência e ainda contribuíram – e continuam a contribuir – para a reinserção dos recicláveis como matéria-prima na indústria, diminuindo o volume de resíduos no ambiente e ampliando a vida útil dos aterros sanitários.

Esse tipo de atividade, que compõe um modelo de desenvolvimento social e econômico chamado Economia Solidária, gera trabalho e renda, respeita o ambiente, prioriza as relações humanas, se baseia na autogestão, na cooperação e na constituição de coletivos e redes de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito.

A Economia Solidária sempre existiu, ou melhor, coexistiu com os diversos modelos econômicos que a humanidade experimentou. A ideia de trocar produtos e serviços, de cultivar a terra e produzir bens para

¹ Andrea Bello é Mestre em Administração Pública e, atualmente, atua como Secretária Executiva do Conselho Estadual de Economia Solidária e Superintendente de Ocupação, Renda e Crédito na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, do Rio de Janeiro.

² Waldeck Carneiro é Doutor em Ciências da Educação, Prof^o da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, atualmente, atua como Deputado Estadual (PT-RJ) e Presidente da “Frente Parlamentar em Defesa da Economia Popular e Solidária”.

o próprio consumo, coletivamente, entendendo e respeitando os ciclos da natureza, sempre esteve presente na história de todos os povos.

Assim, as lógicas da Economia Solidária e do capitalismo não são, necessariamente, excludentes, mas possuem bases de sustentação diferentes e, diante da finitude dos recursos naturais, é possível que a primeira supere a segunda. Isso porque o capitalismo se sustenta no desejo transformado em necessidade. Já a Economia Solidária, na necessidade transformada em desejo.

Se nossos desejos são encarados como necessidade, a busca e o acúmulo de bens materiais tornam-se infinitos, porque nunca deixamos de desejar e, quanto mais desejamos, mais queremos, mais trabalhamos, exaurimos os recursos naturais e as relações humanas. No capitalismo, tais relações são resumidas a quem tem o capital e quem tem a força de trabalho, ficando este último, no mais das vezes, aliado de toda e qualquer participação criativa ou decisória, ainda que muitas organizações públicas e privadas estejam revendo tal posicionamento em tempos recentes.

Por outro lado, a Economia Solidária, ao se basear na necessidade transformada em desejo, não prioriza o acúmulo de capital, a expansão dos empreendimentos e o trabalho pelo trabalho. Antes, saciadas as necessidades, que são finitas, saciam-se também os desejos.

Por óbvio, não desconhecemos que a ideia de organizar a economia de forma solidária e emancipatória se opõe frontalmente ao modelo econômico que subjaz ao modo de produção capitalista, em que a exploração do trabalho e a alienação do trabalhador são elementos estruturantes e indispensáveis ao processo de acumulação do capital.

OS DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

São muitos os desafios da Economia Solidária. Nesse texto destacam-se cinco.

O primeiro diz respeito à institucionalização da Economia Solidária como política pública. Ainda que a agenda conte, desde 2003, com uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), nos estados e, principalmente, nos municípios o tema ainda é desconhecido.

Isso não significa que não estejam sendo implementadas ações de Economia Solidária. Pelo contrário. Como já afirmado, a Economia Solidária sempre existiu, assim como ações voltadas para ela, implementadas por entidades públicas e privadas. Entretanto, uma política pública de Estado, voltada para a economia solidária, ainda não é uma realidade consolidada no Brasil. Além disso, como a agenda da Economia Solidária é transversal, implementá-la envolve articulação entre diversos órgãos de governo, em qualquer esfera.

O segundo desafio diz respeito à formação básica e técnica dos empreendedores e empreendedoras. Muitos sequer terminaram o ensino fundamental; proporcionar-lhes a oportunidade de estudar é dever do Estado e uma das políticas públicas a ser implementada, conforme destacado anteriormente. Além da formação básica, é de fundamental importância que os trabalhadores e trabalhadoras da Economia

Solidária tenham acesso, também, a oportunidades de formação técnica para gerirem seus empreendimentos, ampliando a sustentabilidade de suas cooperativas, associações ou redes de produção, comercialização ou serviços.

Ainda na perspectiva da sustentabilidade dos empreendimentos, tem-se o terceiro e o quarto desafio, a saber, o escoamento da produção e a execução de linhas de crédito. Fazem-se necessárias políticas públicas específicas, em ambos os casos, dadas as especificidades dos empreendimentos econômicos solidários. Assim, apoiar e fomentar a implementação de centros e mercados públicos e constituir linhas de microcrédito e fundos para incentivar o empreendedorismo solidário são medidas urgentes, sem as quais a Economia Solidária dificilmente se consolidará.

Por fim, o quinto desafio: o modelo de consumo. Como, diante de tantas opções e informações, consumidoras e consumidores poderão ser sensibilizados a consumir menos, de forma consciente, procurando se informar sobre o que está por trás daquele produto ou serviço, se foi usado trabalho escravo, infantil, se o ambiente foi ou poderá ser prejudicado? Como convencer o consumidor e a consumidora de que ele é corresponsável pelas condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas, pelos modelos de exploração dos recursos naturais e de produção? Talvez esse seja o desafio maior, porque é ele que gera a demanda.

A AGENDA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RIO DE JANEIRO

A Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB/RJ) tem na Superintendência de Ocupação, Renda e Crédito (SORC) seu braço executor para políticas públicas voltadas para o apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, sendo tais políticas uma das prioridades na agenda da Secretaria.

Entre os anos de 2013 e 2014, dois importantes passos foram dados nesse sentido: a realização da III Conferência Estadual de Economia Solidária e a regulamentação do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), cuja presidência e secretaria executiva estão sob a responsabilidade da SETRAB-RJ. A partir de 2015, o planejamento da SORC está focado em ações de institucionalização da Economia Solidária como política pública de Estado, sobretudo por meio da articulação com outras secretarias de Estado, como Agricultura e Pecuária, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Industrial e Serviços, Assistência Social e Direitos Humanos, Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, Saúde, além de contar com as ações do Poder Legislativo, protagonizadas pela “Frente Parlamentar em Defesa da Economia Popular e Solidária”. Mais do que implementar novos projetos, a SETRAB-RJ entende que é preciso haver diálogo entre as muitas linhas de ação já colocadas em prática. Essa dinâmica favoreceu a aprovação de um Plano Estadual de Economia Solidária, no âmbito do CEES, marco importante do processo de institucionalização desse campo.

Nesse sentido, o CEES tem sido de fundamental importância porque se tornou um espaço de discussões propositivas e qualificadas, além de aproximar gestoras e gestores de diversas Secretarias de Estado, Sociedade Civil e Poder Legislativo. É papel do Conselho subsidiar a SETRAB-RJ no que tange às demandas dos empreendimentos econômicos solidários, além de deliberar sobre os projetos a serem im-

plementados. Ademais, a participação do Fórum Estadual e dos Fóruns Municipais de Economia Solidária (representação da sociedade civil organizada) é fundamental para que as reivindicações dos diferentes movimentos sociais sejam reconhecidas. É um processo coletivo e participativo, por meio do qual já foram identificadas, por exemplo, a necessidade de se estruturar centros públicos de economia solidária e ações de fomento como feiras e encontros regionais de *Ecosol*, além da articulação com gestoras e gestores públicos municipais, a fim de apoiar e fomentar a implementação de planos e conselhos municipais de Economia Solidária, bem como avançar no cadastramento dos empreendimentos solidários no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), desenvolvido pela SENAES.

Cabe também destacar os esforços significativos por parte do Poder Legislativo estadual, através da Frente Parlamentar aqui já mencionada, que vem produzindo propostas legislativas para apoiar e consolidar o campo da Economia Solidária; vem dialogando de perto com governos municipais, com o fito de estimulá-los a definir, em sua estrutura, um órgão específico para coordenar as políticas desse setor e a adotar medidas político-administrativas que favoreçam a emergência e/ou a consolidação da economia solidária nos municípios fluminenses. A Frente Parlamentar também tem estimulado Câmaras Municipais a criar suas respectivas frentes parlamentares em defesa da economia popular solidária, além de dialogar de perto com a sociedade civil, para consolidar fóruns municipais já existentes ou suscitar a sua criação nos municípios em que a sociedade civil ainda não está assim organizada. Por último, a Frente, organização parlamentar suprapartidária, se faz presente no CEES, onde exercita o indispensável diálogo com o Poder Executivo estadual e a sociedade civil.

CONCLUSÃO

A Economia Solidária é uma importante política pública de geração de trabalho e renda. Além disso, é uma proposta de modelo econômico inclusivo e sustentável. No momento, como qualquer política pública, enfrenta muitos desafios – todos superáveis a partir da ação sinérgica das diversas instâncias de governo, da interação entre gestoras e gestores públicos e da atuação do Poder Legislativo, sempre a partir das demandas e sob o controle social da sociedade civil organizada, protagonista inequívoca do campo da Economia Solidária.

Por fim, é importante acentuar que o projeto estratégico de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro não pode desconsiderar a Economia Solidária. Mas aqui não se trata de considerá-la como mero adereço ou apêndice, nem de afirmá-la por simples preocupação com o que se julga “politicamente correto”, mas antes como um eixo estruturante daquele projeto, por seu potencial de diversificação da atividade econômica, por sua vocação para a inclusão socioeconômica e pelos princípios edificantes que a sustentam, mormente num Estado de vanguarda como é o Rio de Janeiro.



MUNICÍPIO
Rio de Janeiro

PRÁTICA
Circuito Carioca de
Economia Solidária – Rio
Ecosol

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Secretaria Especial
de Desenvolvimento
Econômico Solidário da
Prefeitura do Rio de Janeiro
(SEDES).

GESTOR RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Kátia Perobelli, Assessora e
Secretária Executiva do Conselho
Municipal de Economia Solidária
(CONDESOL). Formada em
biologia (Faculdades Souza
Marques) e mestre em ciências
ambientais (Universidade Federal
Fluminense - UFF).

ÁREA TEMÁTICA
Área 4 – Intermediação
efetiva ao mundo do
trabalho.

PALAVRAS-CHAVE
Economia solidária,
Sustentabilidade,
Autogestão, Sistemas de
governança, Participação
social, Empreendedorismo,
Combate à pobreza.

1. 1- Contextualização do município e da equipe técnica do projeto

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita (R\$)	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)/População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,799	0,62	43.941	2,62%	458.625	7%	6.320.446

b. Estrutura e equipe técnica

A Diretoria de Economia Solidária e Comércio Justo está diretamente ligada ao gabinete do Secretário Fabiano Horta. São 09 (nove) pessoas diretamente envolvidas na gestão da prática.

c. Público alvo

O público-alvo é composto por artesãos capacitados das mais variadas comunidades pacificadas do Município do Rio de Janeiro, organizadas em Rede, sendo elas: Alemão, Cidade de Deus, Manguinhos, Santa Marta, Morro da Coroa, Antares, Palmares, Maré, Babilônia, Morro dos Macacos e Pavão/Pavãozinho, bem como os integrantes do Movimento de Economia Solidária organizados no Fórum Municipal de Economia Solidária. Vale ressaltar que grande parte dos beneficiários é integrante do Cadastro Único – CadÚnico. Ao todo, o circuito agrega 200 empreendimentos Econômicos Solidários contemplando aproximadamente 500 beneficiários diretos. Os beneficiários indiretos, além das famílias dos empreendedores, são a população consumidora que adquire produtos sustentáveis e com preço justo.

d. Objetivos

O objetivo da prática é viabilizar espaços de comercialização de produtos artesanais confeccionados dentro das cadeias produtivas da Economia Solidária, oferecendo aos artesãos cariocas pontos fixos de comercialização para escoarem seus produtos e terem suas rendas aumentadas. Considerado um circuito curto, pois retira a figura do atravessador, do intermediário, o produtor oferece suas mercadorias diretamente aos consumidores, garantindo produtos sustentáveis e com preço justo. Para isso, anteriormente há todo um processo de capacitação dos empreendedores nos princípios da Economia Solidária, além de um trabalho de assistência técnica para o desenvolvimento dos produtos.

e. Antecedentes e delimitação do problema

No escopo de implementação do Projeto “Rio ECOSOL – Rio Economia Solidária para Superação da Extrema Pobreza” foi identificada, em par-



ceria com o Fórum Municipal de Economia Solidária (FES-RJ), a necessidade de se organizar o Circuito Carioca de Economia Solidária (Circuito Rio ECOSOL), em 2014, pois foi percebido que não havia pontos fixos de comercialização para os artesãos capacitados pelo Projeto “Rio ECOSOL”, 2014/2015. A criação de pontos de comercialização fixos, que, além da venda dos produtos, também funcionam como lugar de convivência e relacionamento, de internalização dos conceitos e princípios da economia solidária, da sustentabilidade e do comércio justo, era, portanto, uma demanda reprimida do Movimento de Economia Solidária. O projeto em questão capacitou cerca de 400 pessoas em cursos básico e avançado de Economia Solidária, além de assistência técnica, contendo várias oficinas para despertar o interesse do público-alvo

e também para aprimorar os talentos já existentes. A prática desenvolveu-se em quatro territórios, a saber: Morro da Coroa em Santa Tereza; Antares e Palmares em Santa Cruz e Complexo da Maré. Em 2014, foi realizado o primeiro Festival de Economia Solidária (comercialização realizada na Cinelândia com a participação de cerca de 200 empreendimentos econômicos solidários). Como resposta ao problema de pontos fixos para comercialização, foi criado o Circuito Carioca de Economia Solidária.

Apesar de o movimento de economia solidária não ter um perfil exclusivo de beneficiários do CadÚnico, foi a partir do projeto Rio ECOSOL que conseguiu-se inserir na prática um recorte de 40% de integrantes do CadÚnico. A articulação do Movimento de Economia Solidária, existente antes da prática, com o poder público não foi suficientemente forte para reunir as condições de realização de uma feira permanente. As atividades do movimento ficavam voltadas para feiras isoladas e esporádicas. Foi necessário um processo de maturação, organização, diálogo intenso com a SEDES no sentido da criação do Circuito ECOSOL, de modo participativo, onde cada rede assume seu papel gestor na feira que organiza. Sem pontos fixos de comercialização, a produção artesanal ficava com sua comercialização restrita a poucos locais, não possuindo escala para comercialização e restringindo a renda dos empreendimentos. A prática está em implementação desde janeiro de 2014 até os dias atuais.

2. Estratégias de implementação

A SEDES, única secretaria do gênero no Brasil na esfera municipal, atua desde sua criação, em 2009, na implementação da Política Pública de fomento à Economia Solidária. No ano de sua criação, a SEDES iniciou o Projeto “Rio ECOSOL – Rio Economia Solidária” com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida da Prefeitura

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

ra do Rio, instituindo pontos solidários em quatro territórios da Cidade, a saber: Comunidade do Alemão, Comunidade de Manginhos, Comunidade Santa Marta e Comunidade Cidade de Deus. Os Pontos Solidários são estabelecidos em parceria com a comunidade e visam a capacitar o público-alvo nos princípios da Economia Solidária, Comércio Justo, comercialização e gestão do empreendimento, além de realizarem assistência técnica para desenvolvimento dos produtos, em cursos que totalizam 120 horas de capacitação.

Dando seguimento à política, o Projeto “Rio ECOSOL para Superação da Extrema Pobreza”, iniciado em 2014, com critério de seleção do perfil socioeconômico, considerando as informações constantes no CadÚnico, conseguiu capacitar e selecionar grupos que receberam diversos equipamentos para terem seus empreendimentos alavancados e incluídos no Circuito.

A partir do momento que se organizaram as redes de comercialização, a Prefeitura, por meio da SEDES, fez a intermediação necessária no sentido de utilizar mídias sociais na divulgação dos eventos e de assegurar o uso do solo público em variados pontos estratégicos da cidade. Foi também especificamente a partir do “Projeto RIO ECOSOL de Superação da Extrema Pobreza” que se estabeleceu uma relação direta com os beneficiários identificados com o perfil sócio econômico do CadÚnico.

Em 2015, as feiras passaram a ser itinerantes e em pontos estratégicos da cidade. O circuito começou pequeno e a cada dia vem se ampliando. Hoje conta com 14 feiras em diversos bairros da cidade: Freguesia, Centro, Cinelândia, Praça Mauá, Praça Saens Pena, Complexo da Maré, Méier, Manginhos, Campo Grande, Paciência, Santa Cruz, Largo do Machado, Ipanema e Leme. A realização das feiras já é a própria estratégia de inserção no mundo do trabalho que ocorre como consequência das

atividades de capacitação e do espaço oferecido para comercialização dos produtos, promovendo a geração renda de forma contínua e sustentável.

O Circuito Carioca de Economia Solidária foi implementado considerando os dispositivos da Lei 5.435 de 12/06/2012, que instituiu a Política Pública de fomento à Economia Solidária no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, de autoria do poder executivo. Importa destacar que o circuito foi implementado em parceria com o Fórum Municipal de Economia Solidária, que agrega 16 redes de economia solidária, organizadas em diversos territórios do Rio de Janeiro, e foi instituído pelo Decreto nº 40.711, de 08 de outubro de 2015, que simplifica os procedimentos relativos à autorização e realização de eventos em áreas públicas do município.

A implementação da prática baseia-se ainda na realização de reuniões mensais com o Conselho Gestor do Circuito, que reúne a equipe da SEDES e as coordenadoras das 16 Redes de economia solidária existentes no município. Trata-se de instância de decisão do funcionamento das regras e da identidade visual do Circuito, na qual a SEDES junto com as Redes atuam em um sistema de governança, conferindo legitimidade, controle, participação social e transparência ao processo.

A Secretaria possui como um de seus principais interlocutores o Conselho de Economia Solidária da Cidade do Rio de Janeiro (CONDESOL-RIO), empossado em novembro de 2014. O CONDESOL-RIO é um órgão deliberativo, consultivo e de fiscalização, criado no intuito de instituir a ação intersetorial da Prefeitura com a participação das diversas políticas setoriais para elaboração do planejamento das ações desenvolvidas pela SEDES. É composto por 30 membros titulares e seus respectivos suplentes, tendo representantes do poder público, dos empreendimentos econômicos solidários e das assessorias de apoio e fomento.

Reúne-se mensalmente em assembleia e possui cinco Câmaras temáticas no acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas Desenvolvidas pela SEDES. Uma das Câmaras Temáticas atua especificamente nas articulações, no acompanhamento e no aprimoramento do marco legal necessário para transformar o Circuito RIO ECOSOL em uma política pública de fato e de direito, com lei própria.

Como a Economia Solidária se pauta no princípio da autogestão, cada feira é solicitada a partir de uma Rede de Economia Solidária que fica responsável pela organização, que implica o aluguel de barracas, segurança e iluminação, custeados pelos participantes. A Secretaria fica responsável pelas articulações institucionais com o setor público e privado e pelos procedimentos necessários e burocráticos de licenciamento das feiras. O poder público também oferece, além de seus gestores qualificados, os locais de reunião do Conselho Gestor, o material gráfico necessário (como banners e folhetos) e a instalação de banheiros químicos nas proximidades das feiras do circuito.

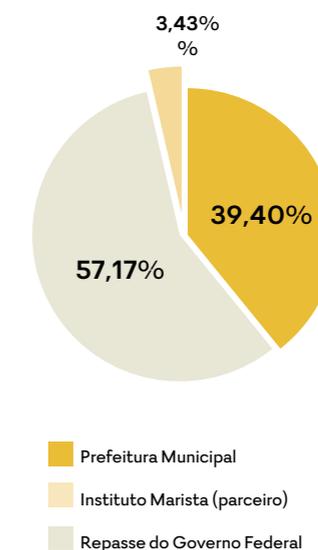
A SEDES divulga o circuito através de redes sociais e eventos, além de buscar também diversas parcerias no sentido de viabilizar a identidade visual do Circuito (as bandeiras, testeiros e aventais), seja através de projetos e/ou parceiros locais, a exemplo do Instituto Marista, que disponibilizou recursos para a produção da identidade visual.

Para monitorar e avaliar o funcionamento do Circuito RIO ECOSOL foi montado o Conselho Gestor do Circuito, formado por um coordenador de cada Rede e a equipe da Secretaria, que se reúnem mensalmente. Neste conselho, além do planejamento do Circuito e da organização de cada feira, os responsáveis pelas redes apresentam um relatório de avaliação no qual são relatados os pontos positivos, negativos, sugestões e valor apurado nas vendas por feira. A partir disso, as informações são registradas para avaliar a evolução do faturamento de cada empreendedor e de cada feira, como um todo.

3. Investimentos realizados

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)		Percentual (%)
	2014	2015	
Prefeitura municipal	R\$ 1.750,00	R\$ 170.315,00	39,40%
Repasse do Governo Federal	R\$ 234.684,00	R\$ 15.000,00	57,17%
Instituto Marista (parceiro)		R\$ 15.000,00	3,43%
TOTAL	R\$ 236.434,00	R\$ 200.315,00	100%



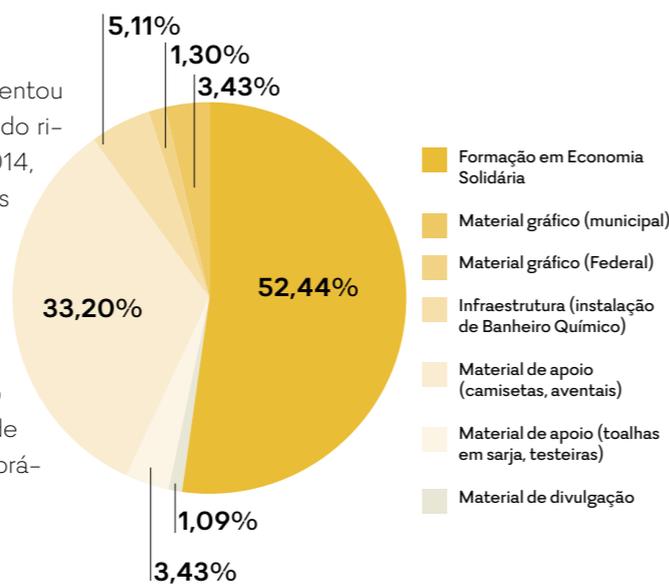
b. Detalhamento da aplicação de recursos

Natureza	Origem do recurso	Valor (R\$)		Percentual (%)
		2014	2015	
Formação em Economia Solidária	Repasse do Governo Federal (Sec. Nac. de Eco. Solidária)	R\$ 229.020,00		52,44%
Material gráfico	Tesouro Municipal	R\$ 1.750,00	R\$ 3.000,00	1,09%
Material gráfico	Repasse do Governo Federal (Sec. Nac. de Eco. Solidária)		R\$ 15.000,00	3,43%
Infraestrutura (instalação de Banheiro Químico)	Tesouro Municipal	N/A	R\$ 145.000,00	33,20%
Material de apoio (camisetas, aventais)	Tesouro Municipal	N/A	R\$ 22.315,00	5,11%
Material de apoio (toalhas em sarja, testeiras)	Repasse do Governo Federal (Sec. Nac. de Eco. Solidária)	R\$ 5.664,00		1,30%
Material de divulgação	Instituto Marisa		R\$ 15.000,00	3,43%
TOTAL		R\$ 236.434,00	R\$ 200.315,00	100%

4. Resultados

Em dois anos, o Circuito Rio ECOSOL movimentou mais de 2 milhões e meio de reais distribuindo riqueza e renda em várias comunidades. Em 2014, o circuito contava com 198 empreendimentos e, em 2015, esse número subiu para 284.

A prática tem contribuído para aumentar a renda de inúmeras famílias, a maioria delas sustentadas por mulheres das comunidades do Rio de Janeiro. Vale lembrar que 90% do movimento de Economia Solidária do Rio de Janeiro é formado por mulheres, tendo essa prática um forte recorte de políticas de gênero.



5. Lições aprendidas

O poder público como fomentador da Economia solidária aprendeu com esta prática que os beneficiários devem participar ativamente na construção da política pública e, neste sentido, o conselho gestor é a instância do diálogo, da parceria

e da participação social. A comercialização deve vir acompanhada de um processo de formação, assistência técnica e acesso a crédito, entendendo que o processo de autogestão praticado pelos empreendimentos é fundamental para garantia da sustentabilidade.

MUNICÍPIO
Petrópolis

PRÁTICA
Programa Cartão Compra Saudável: segurança alimentar e nutricional sustentável.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania.

GESTOR RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA
Fernanda Ferreira, Secretária de Trabalho, Assistência Social e Cidadania.

ÁREA TEMÁTICA
Área 1 - Planejamento eficiente.

PALAVRAS-CHAVE
Segurança alimentar e nutricional; Agricultura familiar; Proteção social.

1.1 - Contextualização do município

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita (R\$)	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)/População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,745	0,55	31.753	2,95%	24.219	8%	295.917

b. Estrutura e equipe técnica

A equipe gestora faz parte do Departamento de Atenção Básica da Assistência Social, subordinada à Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania. Além da gestora responsável, a equipe é composta de outras 4 pessoas.

c. Público alvo

Agricultores familiares formalizados, pequenos negócios de bairro formalizados, além de 6 mil famílias beneficiadas com o Cartão Compra Saudável, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e 44 mil crianças das 184 escolas da rede pública municipal.

d. Objetivos

O “Programa Compra Saudável: segurança alimentar e nutricional sustentável” tem como objetivo estratégico criar um sistema estruturado integrando os circuitos produtivos e de consumo de alimentos saudáveis no Município de Petrópolis, com vistas a garantir o direito de todos, principalmente daqueles que se encontram em risco social, ao acesso de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as

características culturais manifestadas no ato de se alimentar.

Também são objetivos do programa gerar emprego e renda nesta cadeia produtiva, fortalecendo o agricultor familiar e pequenos comércios e armazéns formalizados credenciados; garantir o escoamento e venda a preços justos, podendo reinvestir no seu negócio e gerar novos empregos; permitir que famílias disponham de um recurso mensal por meio de transferência de renda (Cartão Compra Saudável), para compra dos alimentos em armazéns e pequenos comércios de bairro, feiras livres, para aumentar a qualidade nutricional destas famílias e, conseqüentemente, reduzir problemas de saúde e também movimentar o comércio local. Visa ainda a proporcionar principalmente a inserção de famílias de pequenos agricultores e outros envolvidos nesse processo no mundo trabalho.

e. Antecedentes e delimitação do problema

No setor de produção de alimentos, agricultores locais tinham muitas perdas e dificuldades para levar adiante seus negócios. Havia dificuldade de acesso a alimentos por parte das famílias identificadas em

situação de vulnerabilidade social; agricultores sem a garantia de venda e pela prática de baixo preço nas safras; dificuldade de escoamento da produção; informalidade dos agricultores. Assim, apresentavam-se cenários de perda de alimentos na produção enquanto famílias não tinham o que comer; segurança alimentar fragilizada devido ao menor poder de compra de alimentos frescos e saudáveis por famílias de baixa renda, levando à carência alimentar e nutricional; soluções mais custosas para compra de alimentos e composição da cadeia produtiva da merenda escolar e de pequenos comércios locais, com conseqüente aumento de preços para o consumidor, dificultando aqueles com menor renda; maior impacto no custeio da saúde pública.

Há comunidades de maior vulnerabilidade social do município – 25 mil pessoas cadastradas nos postos do Programa Saúde da Família, com acompanhamento médico regular e monitoramento dos índices nutricionais; o Censo Agropecuário do Município, iniciado em 2010, apontava um índice de formalização de apenas 27% dos agricultores em atividade no município.

Entendendo a complexidade de uma ação de segurança alimentar e nutricional em um município de médio porte como Petrópolis, reconhecendo o direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, conhecendo a vulnerabilidade social da população e, sobretudo, tendo enorme sensibilidade às questões sociais, a gestão municipal entendeu a necessidade da compreensão sistêmica do assunto, onde o problema de alguns setores era a solução para outros e que, por meio da intersetorialidade e do planejamento, seria possível criar um sistema integrado, mais eficiente e efetivo na prestação deste serviço público, elevando a qualidade de vida da população.

O “Programa Compra Saudável: segurança alimentar e nutricional sustentável” é um desdobra-

mento do programa “Cesta Cheia Família Feliz”, em execução no município de Petrópolis desde o ano de 2001.

2 - Estratégias de implementação

O programa é fruto do amadurecimento de outro, que teve início em 2001, chamado “Cesta Cheia Família Feliz”. O “Cesta Cheia Família Feliz” foi um importante programa de inclusão social e promoção da saúde pública de Petrópolis. O “Programa Compra Saudável: segurança alimentar e nutricional sustentável” é um amadurecimento desta proposta, na medida em que amplia e qualifica esta iniciativa. Além do acesso direto aos alimentos saudáveis e de qualidade, bem como o acompanhamento social, a população passa a dispor de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal.

O programa é regulamentado através do decreto nº 4 de 6 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial do Município de Petrópolis em 7 de abril de 2011.

Utiliza-se como estratégia de divulgação disseminar o conteúdo da cartilha de aproveitamento integral de alimentos lançada na principal Feira Livre do município para as comunidades, realizando oficinas para o corpo escolar e para as famílias em todas as 186 unidades da rede escolar que fazem parte do Programa Compra Saudável; Cartilha de Aproveitamento Integral de Alimentos, bolsas e camisas distribuídos em ações; palestras e ações de educação alimentar e nutricional para usuários referenciados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), pacto social local, praças públicas em datas comemorativas (por exemplo: Dia Mundial da Alimentação, Semana da Pessoa Idosa); cartaz em comércios cadastrados – “Compre Aqui”, e nas secretarias.

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).

O programa é gerido pelo gabinete do prefeito envolvendo várias secretarias, tendo como ponto focal a Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania. As outras secretarias envolvidas são Agricultura, Saúde e Educação. O prefeito e a secretária de Trabalho, Assistência Social e Cidadania estão comprometidos com a formulação e implementação do programa. O prefeito faz parte, inclusive, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. São realizadas reuniões semanais de secretaria de governo para planejamento e avaliação das ações; a Secretaria de Agricultura realiza mensalmente encontros com toda rede de produtores, avaliando o andamento do programa e buscando ajustes, fazendo gestão de conflitos, levando capacitações e fortalecendo as articulações que garantem isonomia e transparência no processo de compra dos alimentos para este Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ser um agricultor familiar é pré-requisito para os produtores cadastrados no programa, além de trabalhar em associativismo e cooperativismo; produção diferenciada, ou seja, novos produtos que possam agregar qualidade à merenda escolar, o produtor deve ser inserido no Programa Compra Saudável (com avaliação caso a caso). É oferecida assessoria burocrática e técnica de mercado realizada pela Secretaria de Agricultura para auxiliar o produtor; são realizadas visitas a pequenos empresários locais, potenciais cadastrados, apresentando a dimensão do Programa e os benefícios de vender com o Cartão Compra Saudável e divulgando a experiência daqueles que já operam com o cartão. Em relação à merenda escolar, existe a orientação para que a compra seja majoritariamente de alimentos com origem da agricultura familiar dentro do município, diversificando o cardápio e atendendo as necessidades nutricionais das crianças; a demanda da merenda num ciclo virtuoso orienta os

ajustes de produção a serem trabalhados junto aos produtores.

É feito o monitoramento quantitativo de famílias cadastradas, agricultores produzindo para o programa e estabelecimentos cadastrados, por meio do sistema de informações utilizado pela empresa contratada para fornecer e administrar o Cartão Compra Saudável.

3 - Investimentos realizados

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)	Percentual (%)
	Ano 2015	
Prefeitura municipal	R\$ 6.000.000,00	68,36%
Secretaria Municipal de Agricultura	R\$ 89.261,60	1,02%
Secretaria Municipal de Educação	R\$ 2.688.100,74	30,63%
TOTAL	R\$ 8.777.362,34	100,00%

b. Detalhamento da aplicação de recursos

Natureza	Valor (R\$)	Percentual (%)
Transporte, aluguel, combustível, transporte e outros	R\$ 790.200,00	11,63%
Transferências às famílias beneficiadas com o Cartão Compra Saudável	R\$ 6.000.000,00	88,37%
TOTAL	R\$ 15.733,38	100%

4 - Resultados

Atualmente:

- Seis mil famílias são beneficiadas com o “Cartão Compra Saudável”;
- 174 agricultores familiares formalizados, com a garantia de venda da produção e aumento da capacidade de investimento no próprio negócio, empregabilidade e capacitações;
- 87 pequenos negócios de bairro formalizados, aumento do poder de venda com o Cartão Compra Saudável, fidelização do cliente e formalização;
- Acompanhamento social e estímulo para inserção no mercado de trabalho;
- Pessoas em grupos de controle, por conta de doenças, cujo hábito nutricional é relevante: acesso a soluções subsidiadas, como o restaurante popular com 1000 (mil) refeições de qualidade por dia;
- Quantidades de agricultores familiares aptos para vender para os beneficiários (total de 307 declarações de aptidão PRONAF);
- Dos agricultores familiares que participam do Programa PAA, 10% são cadastrados no CadÚnico.

5 - Lições aprendidas

Intersectorialidade:

- Importância da equipe de governo estar comprometida com o Programa Compra Saudável, monitorando e promovendo ajustes contínuos são alguns dos requisitos do sucesso para entregar estes serviços com qualidade aos municípios.

Agricultor familiar:

- Manter ativos e desobstruídos os canais de comunicação e participação, evitar fraudes e

concentração na produção, disseminar novas técnicas para plantio de novas culturas, iniciar o estágio de produtos minimamente processados;

- A estratégia de superação destes desafios e dificuldades contínuas são os encontros frequentes que acontecem mensalmente e a escuta ativa das demandas do setor, bem como a parceria com instituições para atender algumas demandas dos agricultores;
- Necessidade de diversificação da oferta de produtos para merenda escolar.

Empresários locais:

- Trabalhar pela formalização deles é um desafio, para que sejam inseridos no sistema e contribuam para os resultados do programa.

Assistência Social:

- Famílias de baixa renda interagem com a estrutura existente da venda direta de alimentos frescos, mostrando a necessidade da educação alimentar e nutricional para ampliar a informação sobre o que é alimento de verdade e a importância nutricional no consumo de alimentos frescos.



MUNICÍPIO
Mesquita

PRÁTICA
Padaria Escola Fermentando
o Pão Nosso de Cada
Dia e Dando Bom Dia ao
Trabalhador.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Secretaria Municipal de
Assistência Social.

GESTOR RESPONSÁVEL PELA
PRÁTICA
Rogério Sant'Ana da Silva,
Assistência Social e Cidadania.

ÁREA TEMÁTICA
Área 1 - Planejamento
eficiente.

PALAVRAS-CHAVE
Segurança alimentar e
nutricional, Capacitação,
Proteção social.

1.1 - Contextualização do município

a. Dados estatísticos do Município

IDHM ¹	GINI ²	PIB per capita (R\$)	Moradores de domicílios particulares permanentes em extrema pobreza (%) ³	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)	Estimativa MDS Família Pobre (Perfil Cad. Único)/ População Censo 2010 (%)	População Censo 2010
0,737	0,47	11.090	3,93%	17.392	10%	168.376

b. Estrutura e equipe técnica

A prática é implementada pela Diretoria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que está subordinada à Subsecretaria de Assistência Social. Essa diretoria é responsável pelas gerências da Padaria Escola Pão Nosso de Cada Dia, pelo programa Bom Dia Trabalhador, além da Cozinha Comunitária e do Banco de Alimentos. Diretamente envolvidos na gestão da prática estão primeiramente o secretário, a subsecretária de Assistência Social, a diretora do Departamento de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o diretor do Departamento Técnico, uma gerente da Padaria Escola e do Pão Nosso de Cada Dia e uma gerente do Bom Dia Trabalhador. Portanto, são ó pessoas.

c. Público alvo

O público-alvo é composto por munícipes de Mesquita, priorizando-se pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema.

d. Objetivos

A Padaria Escola é um projeto de inclusão produtiva, voltado para qualificação profissional nas áreas de panificação, salgadaria, confeitaria, além da co-

mercialização de alimentos, visando a oferecer aos munícipes participantes, condições de inserção no mercado de trabalho, pensando em melhorar a qualidade de vida das famílias.

e. Antecedentes e delimitação do problema

No município de Mesquita há uma grande quantidade de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, com baixa formação escolar e sem nenhuma qualificação profissional. Isso dificulta muito o acesso a uma atividade de inclusão produtiva. Além disso, boa parte dessa população em situação de vulnerabilidade social é composta por mulheres que enfrentam um desafio adicional à empregabilidade, pois não conseguem se ausentar de casa para aumentar sua escolaridade e/ou se capacitar e nem mesmo para conseguir um trabalho formal, pois muitas vezes não tem com quem deixar os filhos. Por outro lado, existia uma necessidade realmente notória do profissional de panificação, o qual se encontrava em escassez no mercado de trabalho local. A Padaria Escola foi implementada em 2010 com o objetivo de oferecer capacitação profissional sem obrigatoriedade de escolaridade, além de oferecer qualificação em uma área com

1 IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

2 GINI: Índice de Gini. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

3 Foram considerados extremamente pobres aqueles com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 (Censo 2010).



demanda de mão de obra reprimida na região e, por último, que possibilitasse também o microempreendedorismo individual como fonte de renda.

2 - Estratégias de implementação

O projeto é fruto de uma parceria firmada entre a Prefeitura de Mesquita – por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) –, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a empresa MRS Logística Ltda., responsável pela linha férrea de transporte de carga que atravessa o bairro de Rocha Sobrinho. A empresa doou ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) o valor de R\$ 100.000,00 para ser empregado na construção do espaço e na aquisição dos equipamentos e utensílios. Já a prefeitura de Mesquita se responsabilizou pelos profissionais e materiais necessários à rotina de atividades da padaria.

A Padaria Escola foi implementada em maio de 2010 no bairro de Rocha Sobrinho, ampliando-se

em 2015 para o bairro da Chatuba e agregando mais dois projetos: o Pão Nosso de Cada Dia e o Bom Dia Trabalhador.

A primeira Padaria Escola foi implementada pela gestão anterior do município em 2010, como citado anteriormente, que tinha como visão a necessidade de qualificar os munícipes e dar subsídios de sustento a famílias menos favorecidas, visão esta que foi ampliada pela atual gestão ao considerar de suma importância e grande relevância a abertura de uma nova frente de trabalho, gerando emprego e criando um novo polo do curso da Padaria Escola. Quando se pensou em criar os projetos, buscou-se um contato maior com o nosso município, atendê-los com maior presteza nas suas necessidades e supri-las em um momento emergencial.

Quando nos preparamos para iniciar um módulo, buscamos o público interessado em se qualificar na área de panificação, salgado e confeitaria dentro dos programas socioassistenciais e em outros pontos onde identificamos demandas.

Há uma articulação intensa entre as outras gerências da Diretoria do Departamento de Desenvolvimento Social e Combate à fome. O Banco de Alimentos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos compra dos agricultores familiares do município insumos utilizados no Programa Bom Dia Trabalhador. Além disso, há um trabalho conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Renda que é responsável pelo Banco de Emprego de Mesquita (BEM), que atua como um receptor das demandas da rede de empregadores do município. Esse trabalho conjunto permite encaminhar os alunos capacitados para as vagas no mercado de trabalho formal do município.

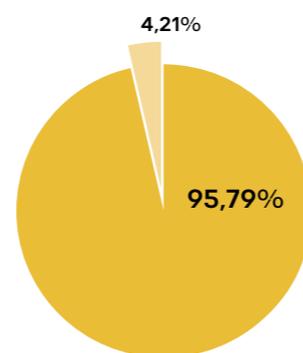
Diariamente, a gerente da Padaria Escola supervisiona pessoalmente as aulas dos cursos de capacitação e vai, pessoalmente, a todas as estações onde há ação do Bom dia Trabalhador. A diretora do Departamento, por sua vez, vai às estações uma vez por semana. Nessas ocasiões é feito o monitoramento da prática



3 - Investimentos realizados

a. Receitas

Origem	Valor (R\$)		Percentual (%)
	2014	2015	
Prefeitura municipal	R\$ 100.000,00	R\$ 150.000,00	95,79%
Repasse do Governo Federal	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	4,21%
TOTAL	R\$ 105.500,00	R\$ 155.500,00	100%



■ Prefeitura Municipal
■ Repasse do Governo Federal

4 - Resultados

Nos cursos de Salgado e Confeitaria falamos num número de 180 inscritos, 127 formandos e 53 desistentes no ano de 2015. Do total dos formandos, cerca de 30% mantêm suas famílias com o fruto do trabalho conquistado após o conhecimento adquirido no curso, ou seja, após acessar o mundo do trabalho. Anualmente, é possível dizer que, em média, cerca de 10% dos beneficiários sustentam suas famílias após conseguir um trabalho referente à qualificação profissional adquirida nos cursos.

No que se refere ao curso de panificação, em 2013, tivemos 277 inscritos, 140 formandos e 137 desistentes. Deste ciclo, temos o conhecimento de três alunos que foram inseridos no mercado de trabalho formal no ramo da panificação e outros 10 formandos que fabricam seus produtos em casa de forma doméstica e, desta maneira, conseguem sustentar suas famílias. No ano de 2014, tivemos 170 inscritos, 70 formandos e 100 desistentes. Entre os formandos temos um aluno que ao término do curso ingressou no corpo de funcionários como padeiro e logo em seguida tornou-se professor do Projeto Padaria Escola e outros seis formandos que, de forma imediata, foram absorvidos pelo mercado de trabalho. Já no ano de 2015, tivemos 127 inscritos, 81 formandos e 46 desistentes. Entre os formandos, temos quatro alunos que foram contratados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e que hoje são os padeiros responsáveis pela fabricação dos pães destinados às famílias em vulnerabilidade social cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que são atendidas através do programa Pão Nosso de Cada Dia e do projeto Bom dia Trabalhador. Também tivemos o relato que uma aluna abriu a sua própria padaria e mais quatro formandos que possuíam o comércio no ramo de panificação ingressaram no curso para obter conhecimento técnico.

Contamos em nosso município com 291 formandos no ramo da panificação e deste total cerca de 10% dos profissionais atuam direta ou indiretamente no mercado de trabalho local. E como exemplo de iniciativa empreendedora, temos a abertura de padarias em toda extensão territorial do nosso município e a contratação de profissionais nos ramos de panificação, salgado e confeitaria.

Vale ressaltar que o índice de desistência é elevado. Sendo assim, agimos de forma preventiva ao incrementar o número de inscrições para que o número de conclusões, ou seja, a quantidade de formandos, não seja afetada. Após a conclusão da 1ª turma da padaria escola da Chatuba, iniciou-se uma cooperativa para produção e comercialização dos produtos, essa cooperativa está em fase de legalização, cerca de 20 formandos estão envolvidos nesta iniciativa de indução ao mundo do trabalho.

É possível ver um resumo dos resultados nas tabelas a seguir:

CURSOS DE SALGADO E CONFEITARIA

ANO	INSCRITOS	DESISTÊNCIAS	FORMANDOS
2015	180	53	127

CURSOS DE PANIFICAÇÃO

ANO	INSCRITOS	DESISTÊNCIAS	FORMANDOS
2013	277	137	140
2014	140	100	70
2015	127	46	81
TOTAL	544	283	291

5 – Lições aprendidas

Durante a implementação da prática percebeu-se que panificação é uma atividade que demanda equipamento especializado, então quem se forma nessa área, se não conseguir emprego formal, enfrenta certa dificuldade de empreender em casa. Por isso pensou-se em implementar o curso de salgadaria, que possibilita uma atividade qualificada sem necessidade de equipamentos especializados, fomentando o microempreendedorismo.

Um dos desafios enfrentados foi o alto índice de desistência. Por isso, criamos a estratégia de agir de maneira preventiva, incrementando o número de inscrições para que não houvesse uma baixa quantidade de formandos.

Outro fator que podemos destacar é a importância de descentralizar as unidades dos cursos de panificação, salgado e confeitaria para áreas em vulnerabilidade social do município. Esta medida tem por finalidade diminuir as evasões, que, na maioria das vezes, têm como causa o custo de manter o transporte até o local do curso.

O objetivo principal da prática é oferecer aos jovens condições de concorrência no mercado de trabalho e alternativas de geração de renda, melhorando a condição de vida de seus familiares. Mas não são somente os participantes da ação que se beneficiam. A padaria escola dispõe de uma loja onde são comercializados os alimentos produzidos nas oficinas profissionalizantes. E, com isso, espera-se garantir a sustentabilidade do projeto além de, ao mesmo tempo, ofertar alimentos a preço de custo para a população da região. Entendemos que quando oferecemos aos jovens e adultos possibilidades de ampliar suas chances de ingresso no mercado de trabalho, aumentamos a visão e o conceito de mundo, contribuindo para seu crescimento pessoal, para melhoria na qualidade de vida

da sua família e também para a redução dos índices de pobreza. É válido salientar que os programas anteriormente citados visam a oferecer um processo formativo diferenciado e participativo, suprimindo a necessidade atual e contribuindo para a geração de renda dessas famílias.

CAPÍTULO 4 AÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

INCLUSÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A EXPERIÊNCIA DA FUNDACIÓN CAPITAL

CAMILLE BEMERGUY¹

CAROLINA DE MIRANDA²

INTRODUÇÃO

Os programas de Transferências Monetárias Condicionadas (TMC) desempenham um papel importante na política contra a pobreza, chegando a mais de 110 milhões de pessoas na América Latina (Maldonado et al. 2011) e contribuindo para melhorar níveis de educação, saúde e nutrição nas famílias atendidas. Entretanto, ainda não se alcançou a superação da pobreza das famílias beneficiárias das TMC. A integração dessas políticas com outras políticas sociais vinculadas à inclusão produtiva, capazes de não somente garantir uma renda mínima, mas também meios de vida sustentáveis, são experiências que são mais exceção do que regra (Stampini et al. 2012). A ideia de uma relação direta entre o desenvolvimento do capital humano e a redução da desigualdade de oportunidades tem sido questionada por outros fatores relacionados com a estrutura de oportunidades que determina a superação da pobreza de forma sustentável (Yaschine, 2012). Assim, as políticas sociais de aumento de ativos são complemento chave aos programas de TMC.

Uma das políticas sociais complementares focalizadas na população em extrema pobreza e mais bem avaliadas quanto ao impacto que tem na superação da pobreza é a chamada abordagem de Graduação (Banerjee et al. 2015). Trata-se de iniciativas que buscam fazer com que as famílias atendidas sejam capazes de melhorar seu bem-estar ao longo do tempo, por meio de estratégias de geração de renda de maneira sustentável.

¹ Representante Residente da Fundación Capital no Brasil

² Oficial de Operações Programa Graduación – Fundación Capital no Brasil

Inicialmente desenvolvida em Bangladesh pela organização não-governamental BRAC, esta abordagem já foi aplicada com sucesso em outros países (Banerjee et al. 2015). No centro de sua estratégia, está o princípio de que as causas da pobreza são multidimensionais (United Nations, 1995; Barrientos, 2011) e, portanto, seu combate requer soluções que enderecem as diferentes faces da pobreza.

Combinando aspectos das áreas de proteção social, promoção de meios de vida e inclusão financeira, a estratégia de graduação vai muito além do foco em aumentar a renda dos participantes. A abordagem busca fortalecer os ativos produtivos, financeiros, humanos e sociais de pessoas vivendo em condição de extrema pobreza, de tal maneira que elas se tornem mais autossuficientes, tenham capacidade para resistir a pequenos choques (resiliência) e continuem em um caminho de desenvolvimento por sua própria conta.

Para este fim, a estratégia de graduação estrutura-se em torno de cinco componentes principais:

- Suporte ao consumo básico: pequenas transferências monetárias que proporcionam um respiro financeiro aos participantes e reduzem o estresse diário. Servem basicamente para a compra de alimentos e outros itens de necessidade básica.
- Promoção da poupança: os participantes são encorajados a poupar, seja por meios formais (conta em banco) ou informais (grupos de poupança, cofrinho em casa) para garantir suas economias e, desta forma, fomentar o aumento de seus ativos.
- Transferência de ativos: fornecidos após a elaboração de um plano de vida e um perfil de negócios pela própria família. Os ativos vêm para fortalecer as atividades de geração de renda dos participantes e podem ser entregues tanto em dinheiro quanto fisicamente (sementes, maquinário, matéria-prima).
- Assistência técnica: os participantes recebem treinamento técnico em como desenvolver uma atividade produtiva e administrar seus negócios.
- Acompanhamento: os participantes recebem em suas casas visitas regulares de agentes do programa que promovem habilidades básicas em empreendedorismo, educação financeira e desenvolvimento pessoal (como autoestima, empoderamento, comunicação e trabalho em equipe) para complementar o conhecimento técnico.

Com esta combinação sequencial de diferentes componentes em um enfoque multidimensional, a estratégia de graduação busca construir uma primeira escada para que lares em situação de pobreza extrema possam sair desta condição de maneira sustentável. Porém, um dos principais desafios e dificuldades dessa experiência é como transformá-la em intervenções públicas e de escala.

INCLUSÃO PRODUTIVA E FINANCEIRA – A experiência da Fundación Capital

Fundación Capital (FK)¹ é uma organização global que trabalha para expandir a inclusão social. Por meio de parcerias e inovações, busca ajudar milhões de famílias pobres a traçarem seus próprios caminhos para fora da pobreza. FK desenvolve projetos que conectam os programas de transferência do governo,

¹ www.fundacioncapital.org

tais como transferências monetárias condicionadas (TMCs), com estratégias de inclusão produtiva e inclusão financeira.

Desde 2011, a Fundação Capital vem aplicando a abordagem de graduação na América Latina por meio de seu Programa Graduação. Foram realizadas uma série de adaptações ao modelo desenvolvido pelo BRAC para que o programa fosse adequado ao contexto da região, sendo que um dos principais diferenciais é o trabalho em forte parceria com governos nacionais para garantir que o Programa Graduação atue em consonância e de forma complementar às políticas públicas já existentes. O Programa Graduação trabalha integrado a programas governamentais de transferência de renda, complementando a estratégia destes programas com componentes de promoção da poupança – incluindo incentivos ao aumento da utilização do sistema financeiro formal de maneira consciente e sustentável; e treinamentos em empreendedorismo, educação financeira e desenvolvimento pessoal para que os participantes possam fazer melhor uso dos recursos recebidos e também valorizar as suas próprias capacidades.

Desta forma, o Programa Graduação acaba por integrar os sistemas de proteção social dos países onde é implementado, atingindo uma população que muitas vezes se vê excluída de esquemas de proteção social contributivos e voltados principalmente aos indivíduos empregados no mercado de trabalho formal. O trabalho em parceria com governos também permite que o programa tenha uma escala maior e consiga chegar a mais famílias. Até o fim de 2015, o Programa Graduação já havia acompanhado 15.000 famílias, atingindo aproximadamente 57.000 pessoas, e deve chegar a mais de 65 mil famílias (aproximadamente 270.000 pessoas) até o fim de 2018, expandindo sua presença também para a África.

Uma importante contribuição da FK nas estratégias de inclusão produtiva foi dar especial atenção ao componente de inclusão financeira como forma de garantir uma maior sustentabilidade à estratégia de graduação para além do modelo tradicional.

No caso específico do Brasil, FK vem trabalhando com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro no sentido de ampliar a cidadania financeira de beneficiários do Programa Renda Melhor/ Bolsa Família. A Iniciativa LISTA RIO foi uma estratégia piloto de cidadania financeira baseada no uso de um aplicativo especialmente desenhado de acordo com as necessidades da população alvo. A LISTA RIO atingiu, em 10 semanas, cerca de 3.000 famílias de 4 municípios do Estado do RJ – Magé, Nova Iguaçu, Búzios e São Fidelis. Os resultados provaram ser essa metodologia uma forma de promover o aumento da cidadania financeira de maneira massiva e com mudança de atitude frente a decisões financeiras e econômicas por parte das famílias².

POR QUE ASSOCIAR INCLUSÃO FINANCEIRA ÀS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA?

Estudos demonstram que as pessoas que participam do sistema financeiro estão em melhores condições de começar e/ou expandir seus negócios, investir em educação, gerenciar risco e absorver even-

² Os resultados da Iniciativa LISTA RIO estão sendo sistematizados e em breve serão disponibilizados em forma de um relatório de programa.

tuais choques financeiros³. O acesso a contas bancárias e contas poupança aumenta a possibilidade de investimento produtivo e o consumo.

FK busca complementar a estrutura criada ao redor dos programas de transferência monetária condicionada (TMCs) não somente para facilitar a inclusão produtiva dos participantes, mas também para dar maior sustentabilidade à intervenção, incorporando estratégias de inclusão financeira que ampliem o acesso e principalmente o uso consciente do sistema financeiro pelas famílias beneficiárias.

A escolha de vincular TMC à inclusão produtiva e financeira se deve aos fatores abaixo:

- a)** ambos perseguem o mesmo objetivo (dotar a população tradicionalmente excluída de recursos e instrumentos que permitam facilitar sua saída da pobreza);
- b)** a inclusão produtiva e financeira possibilita que famílias vulneráveis possam aumentar seus ativos de forma mais segura;
- c)** a poupança permite que as famílias tenham um consumo mais estável, possam enfrentar riscos e imprevistos e construam ativos que facilitem uma saída sustentável da pobreza;
- d)** a vinculação com os programas de proteção social, como as TMCs, permite que o processo de inclusão produtiva e financeira seja massivo e escalável

A capacitação produtiva por si só pode não se traduzir em aspectos de sustentabilidade nas estratégias de inclusão produtiva pois não garante que os receptores dos programas sejam capazes de gerenciar e planejar suas atividades de maneira adequada. Agregar componentes de educação financeira potencializa o caráter de sustentabilidade das atividades.

Neste contexto a educação financeira não é um fim em si mesma, mas sim um meio para um fim. Constituído-se em ferramenta de apoio transversal às estratégias de inclusão produtiva e financeira, de maneira que possam se traduzir em inclusão social.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DAS ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA E FINANCEIRA

FK acredita que conteúdos de educação financeira bem desenhados, práticos e testados junto ao público que se quer alcançar podem promover mudanças de atitude e de comportamento para além do aumento do conhecimento sobre o tema.

Acreditamos que as propostas de educação financeira têm que levar em conta o entendimento do dia a dia, do manejo e da relação das pessoas com seus recursos monetários e financeiros, antes de tentar simplesmente inculcar e disseminar uma ideia dissociada da lógica interna e da forma como resolvem seus problemas e emergências no dia a dia, sob a ótica financeira.

³ Aportela (1999); Ashraf, Karlan, e Yin (2010); Beck, Demirgüç-Kunt, e Martinez Peria (2007); Bruhn and Love (2014); Burgess e Pande (2005); Dupas e Robinson (2013a, 2013b); Prina (2012); and Ruiz (2013).

Um programa de educação financeira deve ser simples, orientado para ações e para prover aos participantes oportunidades de experimentar os produtos e/ou serviços financeiros. Deve ficar a cargo de pessoas que gozem de credibilidade com o público receptor e ter uma temática que incida na confiança sobre o sistema financeiro e proporcione conhecimento sobre a operação dos instrumentos financeiros e do próprio sistema financeiro.

Por muitos anos, a educação financeira foi entregue presencialmente e num estilo tradicional de sala de aula. Embora alguns desses esforços tenham demonstrado sucesso, o modelo presencial é incapaz de atingir escala – por motivos de custos e de tempo. Nesse sentido, outro aspecto importante do Programa Graduação desenvolvido pela FK é o uso de tecnologias digitais para reduzir custos e levar o acompanhamento a mais famílias sem abrir mão da qualidade da assistência oferecida.

Por meio de um aplicativo baseado em um tablet, e com o suporte de agentes locais, os participantes aprendem sobre empreendedorismo, educação financeira e habilidades gerais, por meio de um conteúdo atrativo e interativo que dispensa o uso massivo de textos – algo fundamental ao se trabalhar com populações com altos níveis de analfabetismo funcional. Os participantes são encorajados a protagonizar seu processo de aprendizagem realizando atividades de autorreflexão, análise e planejamento; e também têm a oportunidade de aprender com seus pares por meio de vídeo-depoimentos de pessoas da mesma região e situação econômica. A valorização do conhecimento local e do protagonismo dos participantes, aliás, são pontos centrais do programa que é orientado pelas demandas das próprias famílias.

Rigorosas avaliações de impacto em pilotos de graduação realizados em diferentes países sob coordenação da Fundação Ford e CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) mostraram que a estratégia de graduação tem apresentado resultados bastante positivos no combate à pobreza extrema. Um ano após o fim dos pilotos, os participantes contavam com uma renda 37,5% maior em média (no caso de criação de animais), consumiam 7,5% mais alimentos e apresentavam níveis de poupança 95,7% maiores. Também foram observados impactos menos tangíveis como melhora na saúde mental e física, e aumento na percepção de empoderamento e felicidade dos participantes (Banerjee et al. 2015).

Estes resultados positivos de forma alguma significam que a abordagem de graduação seja uma resposta definitiva ao combate à pobreza, mas indicam que esta luta requer essencialmente uma abordagem holística. Tão necessário quanto promover o aumento da renda mínima é oferecer caminhos para que indivíduos vivendo em extrema pobreza desenvolvam meios de vida sustentáveis, que lhes permitam maior autonomia e resiliência. Isso envolve o desenvolvimento de capacidades produtivas e de habilidades para administrar seus ativos e controlar melhor sua vida financeira. Passa também por mudanças de comportamento principalmente no que diz respeito à autovalorização e confiança.

Para que sejam efetivas, estas mudanças devem vir acompanhadas de transformações nas causas estruturais da pobreza, garantindo àqueles vivendo em condição de extrema pobreza o pleno acesso a direitos e serviços, incluindo os financeiros, que lhes permitam explorar suas capacidades.

REFERÊNCIAS

- Allen, F., A. Demircug-Kunt, L. Klapper, and M. S. Martinez Peria. 2012. "Foundations of Financial Inclusion." Policy Research Working Paper 6290, World Bank, Washington, DC.
- Aportela, F. 1999. "Effects of Financial Access on Savings by Low-Income People." Banco de Mexico.
- Banerjee, A., E. Duflo, N. Goldberg, D. Karlan, R. Osei, W. Pariente, J. Shapiro, B. Thuysbaert, and C. Udry. 2015. "A Multifaceted Program Causes Lasting Progress for the Very Poor: Evidence from Six Countries." *Science* 348, no. 6236 (May 14, 2015): 1260799–1260799.
- Barrientos, A., (2010) 'Social Protection and Poverty', *UNRISD Social Policy and Development Programme Paper Number 42*, Geneva: UNRISD
- Beck, T., A. Demircug-Kunt, and R. Levine. 2007. "Finance, Inequality, and the Poor." *Journal of Economic Growth* 12 (1): 27–49.
- Beck, T., A. Demircug-Kunt, and M. S. Martinez Peria. 2007. "Reaching Out: Access to and Use of Banking Services across Countries." *Journal of Financial Economics* 85 (2): 234–66.
- Beck, T., R. Levine, and N. Loayza. 2000. "Finance and the Sources of Growth." *Journal of Financial Economics* 58 (1): 261–300.
- Bruhn, M., and I. Love. 2014. "The Real Impact of Improved Access to Finance: Evidence from Mexico." *Journal of Finance* 69 (3): 1347–76.
- Burgess, R., and R. Pande. 2005. "Do Rural Banks Matter? Evidence from the Indian Social Banking Experiment." *American Economic Review* 95 (3): 780–95.
- Cecchini, Simone et al. PROGRAMAS DE TRANSFERENCIAS CONDICIONADAS – Balance de la Experiencia reciente en América Latina y el Caribe – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) – Publicación de las Naciones Unidas ISSN: 0252-2195 – (2011): <http://bit.ly/1SOoGmj>
- Clarke, G., C. Xu, and H. Zou. 2006. "Finance and Inequality: What Do the Data Tell Us?" *Southern Economic Journal* 72 (3): 578–96.
- Demircug-Kunt, A., and L. Klapper. 2013. "Measuring Financial Inclusion." *Brookings Papers on Economic Activity* 46 (1): 279–340.
- Demircug-Kunt, A., L. Klapper, and D. Randall. 2013. "Islamic Finance and Financial Inclusion: Measuring the Use of and Demand for Formal Financial Services among Muslim Adults." Policy Research Working Paper 6642, World Bank, Washington, DC.
- Demircug-Kunt, A., L. Klapper, and D. Singer. 2013. "Financial Inclusion and Legal Discrimination against Women: Evidence from Developing Countries." Policy Research Working Paper 6616, World Bank, Washington, DC.
- Demircug-Kunt, A., and R. Levine. 2009. "Finance and Inequality: Theory and Evidence." *Annual Review of Financial Economics* 1: 287–318.

Dupas, P., and J. Robinson. 2013a. "Savings Constraints and Micro- enterprise Development: Evidence from a Field Experiment in Kenya." *American Economic Journal: Applied Economics* 5 (1): 163–92.

———. 2013b. "Why Don't the Poor Save More? Evidence from Health Savings Experiments." *American Economic Review* 103 (4): 1138–71.

Gurley-Calvez, T. 2010. "Business Owners, Financial Risk, and Wealth." Ewing Marion Kauffman Foundation, Kansas City, MO.

Klapper, L., L. Laeven, and R. Rajan. 2006. "Entry Regulation as a Barrier to Entrepreneurship." *Journal of Financial Economics* 82: 591–629.

King, R. G., and R. Levine. 1993. "Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right." *Quarterly Journal of Economics* 108 (3): 717–37.

Maldonado, Jorge H. et al.: Los programas de transferencias condicionadas: ¿Hacia la inclusión financiera de los pobres en América Latina? – International Development Research Centre (2011): <http://bit.ly/1V7pY1R>

Prina, S. 2012. "Do Basic Savings Accounts Help the Poor to Save? Evidence from a Field Experiment in Nepal." Weatherhead School of Management, Case Western Reserve University, Cleveland, OH.

Stampini, Marco et al.: The growth of conditional cash transfers in Latin America and the Caribbean: did they go too far? Inter-American Development Bank – Social Sector – Social Protection and Health Division. POLICY BRIEF – No. IDB-PB-185, (2012): <http://bit.ly/1UtV6rC>

World Bank. 2014a. *Global Financial Development Report 2014: Financial Inclusion*. Washington, DC: World Bank.

Yaschine, Iliana: ¿Oportunidades? Movilidad Social Intergeneracional e Impacto en México – El Colegio de México (2012): <http://bit.ly/1pGWdZu>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PAULO MELO¹

O Rio Sem Miséria é um Plano que contempla três eixos: a transferência complementar de renda, com o Renda Melhor; o estímulo ao aumento da escolaridade da população jovem, com o Renda Melhor Jovem; e a promoção do acesso a oportunidades econômicas e sociais, com a Estratégia de Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais – GOES. É no âmbito do GOES que o Prêmio Boas Práticas Municipais de Indução ao Acesso ao Mundo do Trabalho foi criado.

O Prêmio promove o fortalecimento técnico das equipes municipais e a intensificação da articulação entre Estado e municípios, ao reconhecer e disseminar boas práticas de indução ao acesso ao mundo do trabalho, diminuindo as barreiras que impedem os mais pobres de alcançar as oportunidades disponíveis. O próprio prêmio concedido aos gestores das três práticas mais bem colocadas – viagens internacionais para conhecer o trabalho desenvolvido em outros países –, além de reconhecer e estimular o trabalho desses gestores, é, em si, um mecanismo de fortalecimento das gestões municipais ao promover a capacitação desses gestores.

¹ Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Queremos que o Prêmio seja o primeiro de muitos e a semente da Rede de Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais do Estado do Rio de Janeiro, que congregará instituições públicas, privadas e não governamentais, além de instituições de ensino e pesquisadores unidos no sentido de promover o acesso da população mais vulnerável do estado às oportunidades econômicas e sociais. Na implementação de ações de inclusão social e econômica para os mais pobres, é preciso reconhecer a existência de inúmeras soluções disponíveis para problemas específicos decorrentes da condição de pobreza, como as apresentadas nesta edição.

Precisamos ser metódicos para mapeá-las, conhecê-las e avaliá-las para aprimorarmos nossas ferramentas e a forma como as utilizamos nas políticas de redução da pobreza. Devemos pensar criativamente e agir com resiliência, para, ao compreender a estrutura e o contexto que nos constroem, continuar refinando nossas estratégias. Uma grande mudança nos impactos de uma política pode ser conseguida, por exemplo, deixando-se claro para um potencial aluno o que ele deve esperar de um curso técnico-profissional e um emprego no setor em que vislumbra trabalhar.

Embora não exista solução mágica para o desaparecimento da pobreza, muito já aprendemos sobre as possíveis intervenções que o poder público pode realizar nas ações de inclusão social e econômica dos mais pobres. As experiências e opiniões aqui expostas deixam claro que o desafio da superação da pobreza requer o trabalho conjunto de vários atores e o reconhecimento de que as pessoas em situação de vulnerabilidade possuem estratégias próprias de sobrevivência e geração de renda.

Como a imagem que ilustra a capa desta publicação metaforiza, são necessárias várias mãos (de gestores públicos, acadêmicos, políticos, ativistas, de usuários da política) para criar políticas sustentáveis e efetivas de superação da pobreza.

**PRÊMIO
BOAS
PRÁTICAS
MUNICIPAIS
DE INDUÇÃO
AO ACESSO
AO MUNDO DO
TRABALHO
2015**



SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

**RIO SEM
MISÉRIA**



Fundación Capital



Agência Brasileira do ISBN



9 788567 728032

www.social.rj.gov.br



SECRETARIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

PERTO DE VOCE

**RIO SEM
MISÉRIA**



Fundación Capital



WWP
WORLD WITHOUT POVERTY
MUCHO MÁS QUE UN LOGO